

CENTRO UNIVERSITÁRIO INTERNACIONAL - UNINTER
CURSO DE BACHARELADO EM SERVIÇO SOCIAL

CAMILA DE ANDRADE
2587554

OCUPAÇÕES IRREGULARES COMO FORMA DE LUTA POR MORADIA EM
CURITIBA: SOB PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL

CURITIBA
2023

CAMILA DE ANDRADE

**OCUPAÇÕES IRREGULARES COMO FORMA DE LUTA POR MORADIA EM
CURITIBA: SOB PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação, apresentado à disciplina e Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Me Adriane Bühner
Baglioli Brun

CURITIBA

2023

CAMILA DE ANDRADE - 2587554

**OCUPAÇÕES IRREGULARES COMO FORMA DE LUTA POR MORADIA EM
CURITIBA: SOB PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL**

Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação, apresentado à disciplina de Orientação de Trabalho de Conclusão de Curso - OTCC, do curso de Bacharelado em Serviço Social do Centro Universitário Internacional UNINTER / Curitiba-PR, como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Professor 1 (Titulação e nome completo)
Instituição 1

Professor 2 (Titulação e nome completo)
Instituição 2

Professor 3 (Titulação e nome completo)
Instituição 3 (Orientador)

Dedico este trabalho a toda classe
trabalhadora, em especial aqueles que
lutam por uma moradia digna através das
ocupações irregulares e são exemplos de
luta e resistência.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a minha mãe Dirléa Wenceloski pelo apoio e incentivo para realizar meu sonho de realizar esse curso, sempre me dando suporte e o possível para concluir esse ciclo universitário. Agradeço a toda minha família, uma grande família (literalmente) que sempre esteve do meu lado me apoiando e incentivando, em especial as minhas primas Juliana e Isadora que se dispuseram a me escutar em todas as vezes que precisei de uma orientação ou puxão de orelha. Agradeço imensamente a minha vó, Justina, mulher forte e inspiradora que carrega uma luz e uma importância inestimável na minha vida. Agradeço ao meu irmão Daniel, minha cunhada Gabriela e meu sobrinho Pedro que sempre estiveram ao meu lado em todos os momentos sempre me apoiando.

Agradeço aos meus colegas de turma que compartilharam dessa trajetória, especialmente aos meus amigos Gabriel, Luana, Camila, Raul, Gabrielle e Anny por todos os trabalhos juntos, parcerias, desabafos, momentos bons que compartilhamos, e por todo apoio de cada um, sem vocês eu não teria chegado até aqui.

Agradeço a minha orientadora e coordenadora do curso Adriane Bühner Baglioli Brun, que me orientou da melhor forma possível para conclusão deste trabalho e não mede esforços para coordenar este curso tão importante. Meu agradecimento especial a minha amiga Kássia Fernanda, que foi de grande importância em todo meu processo, sempre disposta a me ouvir e dar conselhos, sendo uma amizade que guardo no coração.

Meus agradecimentos também a todos do Setor de Serviço Social (SESS) da COHAB, principalmente as assistentes sociais que contribuíram muito para minha formação, me ensinando e servindo de inspiração. Em especial, a minha supervisora Maria Tereza Schier que muito me ensinou e orientou, além disso, também as colegas de mapeamento e cadastramento Rosangela e Renata, e demais estagiários que seguiram conosco nessa experiência.

Finalmente agradeço a oportunidade de me graduar a partir do PROUNI, sem este programa eu não chegaria até aqui.

A todos o meu muito obrigado!!!

Enquanto morar é um privilégio, ocupar é
um direito.

(MTST, 2020)

RESUMO

A presente monografia objetiva compreender como se constitui a luta por moradia na cidade de Curitiba a partir das ocupações irregulares. Desse modo, surge seguinte o problema de pesquisa: como se constitui a luta por moradia através de ocupações irregulares na cidade de Curitiba? Para responder tal, o trabalho divide-se em três capítulos, sendo eles: contextualização histórica da política habitacional do Brasil, movimentos sociais por moradia, a luta por moradia em Curitiba. Assim, percorre-se a historicidade da questão habitacional e as respectivas políticas implementadas no Brasil para responder a esse problema que atinge diversos brasileiros, principalmente aqueles que possuem baixa renda e vivem em situação de vulnerabilidade social, desde a era colonial. Além disso, apresenta a discussão a respeito dos movimentos sociais por moradia no Brasil, os quais tiveram papel fundamental na formulação e aplicabilidade das políticas de habitação do país. Ademais, esta pesquisa traz importância de atentar-se as questões a respeito do direito a cidade, moradia digna e pertencimento territorial ao pensarmos num panorama de totalidade da questão habitacional. Por fim, culminará numa análise de como se constituem as ocupações irregulares como forma de luta pela moradia, através de uma pesquisa campo, qual foi feita utilizando o instrumento da entrevista semiestruturada com lideranças dessas comunidades. Os dados foram levantados a partir desta entrevista e foram tratados com base na análise de conteúdo, pautadas nas categorias: moradia, ocupações irregulares e lutas sociais. Além disso, traz uma breve contextualização da perspectiva do Serviço Social a respeito das ocupações, bem como sua atuação sobre essa problemática. Assim, os resultados da pesquisa se desdobram na compreensão de que as ocupações irregulares não apenas são consideradas como uma saída pelas famílias sem moradia, mas se constituem como estratégia de pressão ao Estado para resolução do problema habitacional, promovendo medidas e debates em torno dessa questão.

Palavras-chave: Ocupações irregulares. Movimentos sociais por moradia. Habitação.

ABSTRACT

This monograph aims to understand how the struggle for housing in the city of Curitiba is constituted from irregular occupations. Thus, the following research problem arises: how is the struggle for housing through irregular occupations constituted in the city of Curitiba? To answer this, the work is divided into three chapters, which are: historical contextualization of Brazil's housing policy, social movements for housing, the struggle for housing in Curitiba. Thus, it covers the historicity of the housing issue and the respective policies implemented in Brazil to respond to this problem that affects several Brazilians, mainly those who have low income and live in a situation of social vulnerability, since the colonial era. In addition, it presents the discussion about social movements for housing in Brazil, which played a fundamental role in the formulation and applicability of the country's housing policies. Furthermore, this research brings importance of paying attention to issues regarding the right to the city, decent housing and territorial belonging when we think of a panorama of totality of the housing issue. Finally, it will culminate in an analysis of how irregular occupations are constituted as a form of struggle for housing, through field research, which was done using the instrument of semi-structured interview with leaders of these communities. The data were collected from this interview and were treated based on content analysis, based on the categories: housing, irregular occupations and social struggles. In addition, it brings a brief contextualization of the social service's view on occupations, as well as its performance on this problematic. Thus, the research results unfold in the understanding that irregular occupations are not only considered as a way out by homeless families, but are constituted as a strategy of pressure on the State to solve the housing problem, promoting measures and debates around this issue.

Key-words: Irregular occupations. Social movements for housing. Housing.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Componentes e Subcomponentes do déficit habitacional.....	36
--	----

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Dados de identificação dos sujeitos de pesquisa.....	45
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA	Aliança Renovadora Nacional
BNH	Banco Nacional de Habitação
CF	Constituição Federal
CMP	Central dos Movimentos Populares
CadÚnico	Cadastro Único
CNVF	Confederação Nacional das Vilas e Favelas
CONAM	Confederação Nacional de Associações de Moradores
COHAB	Companhia de Habitação Popular
CUT	Central Única de Trabalhadores
FCP	Projeto Fundação Casa Popular
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FJP	Fundação João Pinheiro
FNRU	Fórum Nacional de Reforma Urbana
FNHIS	Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social
GETFS	Grupo de Estudo Trabalho, Formação e Sociabilidade
IAPS	Institutos de Aposentadoria e Pensão
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPPUC	Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba
MDB	Movimento Democrático Brasileiro
MLB	Movimento de Lutas em Bairros
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MST	Movimento Sem Terra
MTST	Movimento de Trabalhadores Sem Teto
OGU	Orçamento Geral da União
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PAIH	Plano de Ação Imediata para a Habitação
PAR	Programa de Arrendamento Residencial
PMC	Prefeitura Municipal de Curitiba
PMCMV	Programa Minha Casa Minha Vida
PT	Partido dos Trabalhadores
SEAC	Secretaria Especial de Ação Comunitária

SFH	Sistema Financeiro de Habitação
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
OSC	Organização da Sociedade Civil
UNLMP	União Nacional de Luta por Moradia Popular

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA HABITACIONAL DO BRASIL.....	17
2.1	A CONSTRUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL.....	17
2.2	ESTADO E A POLÍTICA DE HABITAÇÃO	21
3	MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA.....	28
3.1	HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA NO BRASIL..	28
3.2	DIREITO À CIDADE, MORADIA E PERTENCIMENTO TERRITORIAL.....	33
4	A LUTA POR MORADIA EM CURITIBA	39
4.1	HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA.....	39
4.2	ANÁLISE DE COMO SE CONSTITUEM AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA	42
4.2.1	Categoria moradia	45
4.2.2	Categoria ocupações irregulares	47
4.2.3	Categoria lutas sociais.....	52
4.3	BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A LUTA POR MORADIA.....	56
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	64
	APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS	68
	APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO ..	69

1 INTRODUÇÃO

A presente monografia, Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Serviço Social, versa a respeito de ocupações irregulares como forma de luta por moradia em Curitiba, de maneira que sob a perspectiva do Serviço Social será feita uma análise de como essa luta se constitui.

A referente tratativa culmina do interesse da pesquisadora pela área da política de habitação, através de vivências em campo de estágio realizada Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB-CT) e participação voluntária em uma Organização da Sociedade Civil (OSC), denominada TETO, que visa à construção de moradias de madeira sustentável em ocupações irregulares em toda América Latina, mas desenvolvida nesse contexto na cidade de Curitiba- PR.

Para tanto, esta pesquisa se debruça sobre a historicidade da política habitacional que é intrínseco a história do Brasil desde a colonização, logo que essa questão protagoniza diversas lutas por moradia, e perpassa pela pressão exercida pela classe trabalhadora em relação à ação do Estado para a garantia do direito à moradia principalmente para as famílias em situação de vulnerabilidade financeira. Transcorrendo pelas agendas dos principais governos do país, nota-se que muitas iniciativas adotadas, estavam voltadas a privilegiar o mercado privado de construções residenciais e pouco se tinha impacto na parcela populacional que se encontrava, e ainda não possuem, acesso a uma moradia digna.

Nesse contexto, evidencia-se o crescimento das ocupações no Brasil, chegando a 5.127 milhões de moradias irregulares até 2020 segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas aqui cabe uma reflexão sobre o município de Curitiba no Paraná. A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (COHAB), que é a responsável pelos trâmites e execução da política e programas habitacionais na cidade, mapeou no ano de 2020 um total de 453 ocupações irregulares, sendo em torno de 40 mil famílias que vivem nessa situação. Nesse contexto, a partir das reflexões acima surge à indagação, como se constitui a luta por moradia através de ocupações irregulares na cidade de Curitiba?

O objetivo desta pesquisa é compreender como se configura a luta por moradia através das ocupações irregulares em Curitiba. Para alcançar tal, serão traçados caminhos específicos que se desdobram em: discutir a história da política habitacional

do Brasil, apresentar a respeito dos movimentos sociais por moradia e analisar como se configura a luta por moradia em Curitiba.

Outrossim, esta pesquisa traz consigo a importância de uma análise de como surgem as ocupações irregulares, como se organizam e qual o objetivo de ser utilizada como forma de luta pelo direito à moradia no município de Curitiba. Tal discussão é relevante para o Serviço Social, pois debate sobre direitos dos usuários, e entender essa luta, dar voz as comunidades é de grande relevância para a atuação do profissional. Além disso, publicizar os movimentos por moradia é uma forma de democratizar o conhecimento e desmistificar a criminalização que esses grupos sofrem por lutarem por seus direitos.

O método científico a ser utilizado para orientar este trabalho é a Teoria Social Crítica Marxista desenvolvido por Karl Marx (1818 – 1883) e Friedrich Engels (1820-1895). A característica inicial descrita pelos autores é a separação do sujeito do objeto, ou seja, analisar a totalidade nas suas contradições e transformações sem limitar a atenção apenas ao aparente e estático, e é nesse movimento que surge a teoria dialética.

Desse modo, também será utilizada a abordagem qualitativa de pesquisa, que segundo Câmara (2013) objetiva analisar objetos de pesquisa de forma não estática e numérica, mas toda sua singularidade. Assim, será possível uma riqueza de detalhes para a compreensão do objeto aqui delimitado em diversos contextos e cenários.

O Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) será redigido a partir de pesquisa bibliográfica, utilizada para fundamentar o escopo para a formulação do mesmo. Esse tipo de pesquisa tem como objetivo a análise de conteúdos já produzidos pela academia e autores, como artigos científicos e livros, que devem ter veracidade e respaldo acadêmico. Conforme os textos de Marconi e Lakatos (2003, p.183) a “pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”.

Além disso, como o tema abre espaço para a discussão de território e territorialidade, poderão ser utilizados autores da linha de geopolítica que bebem da questão sócio territorial. Outro ponto válido de destaque, é que serão priorizadas

obras de 1995 a atualidade, pois o tema a ser tratado demanda de análise histórica que podem estar em textos mais longínquos.

Este trabalho se constitui também como pesquisa explicativa, pois exige de busca ativa sobre o tema tratado, trazendo novos panoramas através de pesquisas e garimpagem de conteúdo, para Gil (1999) uma pesquisa desse tipo é “desenvolvida com o objetivo de proporcionar visão geral, do tipo aproximado, acerca de determinado fato.”

Para enriquecer o debate acerca desse tema, será utilizada a pesquisa de campo, que consiste na metodologia que irá adquirir informações para comprovação e análise através da observação direta da realidade que o problema se encontra, trazendo percepções através da vivência (Lakatos e Marconi, 1996). Para tanto, será utilizado uma amostra, que se trata de uma pequena parcela da população a ser estudada, que se pode extrair as informações desejadas e que representem esse universo. (GIL, 1999)

Em cada ocupação irregular há líderes que representam os interesses das respectivas comunidades, será utilizado como amostra 3 deles para entrevista. Num universo de 453 ocupações na cidade de Curitiba recorta-se esse pequeno número para que seja possível uma análise aprofundada e palpável, levando em consideração o tempo hábil para a realização desta. As lideranças serão selecionadas de forma não probabilística, mas prioriza-se que sejam de diferentes regiões da cidade, para ter um panorama de como a regionalização implica nas especificidades de cada comunidade, com a vivência de estágio e especiação em áreas de ocupação, será selecionado as lideranças para contato.

Foram feitas perguntas abertas, semiestruturadas para dialogar com as categorias: moradia, ocupações irregulares e lutas sociais. Elas foram gravadas por meio de um celular e transcritas para posterior análise, após o consentimento da gravação e assinatura do termo de ciência. Para tabulação dos dados coletados e organizados em três categorias, foram utilizadas a análise de conteúdo, que segundo Bardin (1977, p. 30) é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações [...]”, ou seja, é possível extrair conteúdos através dos dados analisados de forma que irá além do aparente.

O tema proposto para o Trabalho de Conclusão de Curso foi voltado ao Movimento Social por Moradia, sob a perspectiva do Serviço Social, quando se trata

de direito à moradia na política de habitação em Curitiba atendendo a linha de pesquisa Movimentos Sociais, Estado e Cidadania ligada o Grupo de Estudo Trabalho, Formação e Sociabilidade (GETFS).

O trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro irá contextualizar a política habitacional do Brasil, explanando os rumos que a falta de moradia traçara a organização societária do país e como o problema do déficit de habitacional despontou com a ineficiência estatal de resolução do mesmo. Ademais, o segundo capítulo tratará do surgimento dos movimentos sociais por moradia, seu impacto na garantia de direitos, bem como a discussão sobre direito à cidade, moradia e pertencimento territorial.

Por fim, o terceiro capítulo se valerá de uma análise do surgimento de ocupações irregulares e a crescente destas na cidade de Curitiba, que surge como forma de luta para morar dignamente, através da análise de conteúdo das categorias moradia, ocupações irregulares e lutas sociais. Além disso, trará uma breve contextualização da perspectiva do Serviço Social a respeito dessas lutas por moradia.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DA POLÍTICA HABITACIONAL DO BRASIL

O Brasil como conhecemos hoje e sua configuração socioespacial são intrínsecos à construção histórica do próprio país, de maneira que os primeiros rumos traçados pela Coroa Portuguesa até as medidas tomadas por cada governo constituíram a terra urbana e rural da atualidade. Portanto, aqui discutir-se-á a trajetória da política de habitação, bem como o seio onde nasceu à problemática do déficit habitacional e suas nuances sociais-territoriais.

2.1 A CONSTRUÇÃO SÓCIO-ESPACIAL DO BRASIL

O processo socioespacial refere-se à interação entre a sociedade e o espaço geográfico em que vivemos. Ele envolve as relações e transformações ocorridas tanto no aspecto físico, com a ocupação e utilização do espaço, quanto no aspecto social, com as práticas, atividades e relações estabelecidas pelos indivíduos e grupos. No processo socioespacial, é possível observar como as interações sociais moldam e transformam o ambiente em que vivemos. A sociedade, por sua vez, é influenciada e moldada pelo espaço em que está inserida, suas características físicas, recursos disponíveis e estruturas urbanas. (HARVEY, 2014)

Segundo o autor Milton Santos (1977) o espaço não é apenas um recipiente neutro onde a sociedade se estabelece, mas sim um produto das ações humanas, das relações de poder e das dinâmicas sociais. Para ele, o espaço é um campo de luta e contradições, refletindo as desigualdades sociais. Além disso, o mesmo ressalta que o processo socioespacial não é estático, mas sim dinâmico e em constante transformação. As relações sociais, as demandas da sociedade, as políticas públicas e os avanços tecnológicos são alguns dos fatores que influenciam e modificam o espaço geográfico ao longo do tempo.

Nesse sentido, a construção socioespacial do Brasil se constitui na relação do poder das classes dominantes sobre as classes dominadas, determinando o uso do espaço para seus interesses modificando espaço geográfico, da mesma forma que esse espaço modifica a sociedade num movimento dialético. Veremos a seguir como esse processo culmina numa realidade territorial e social como conhecemos hoje, mas que foi fruto de toda essa construção.

Assim que se inicia o processo de colonização do Brasil entre 1500 e 1800 toda a terra da nova colônia¹ pertencia à Coroa de Portugal, pois os habitantes originais desse local, os indígenas, não eram entendidos como donos de onde habitavam e segundo os colonizadores não possuíam qualquer terra que ali havia. A Coroa por sua vez, após a divisão de capitanias hereditárias passou a conceder sesmarias, lotes sem função destinados à ocupação, para os colonos desenvolverem atividades agrícolas². (FAUSTO,1994)

A política de doações de terras aconteceu até 1822, que corresponde ao ano de independência do Brasil. A desenfreada concessão de terras sem organização culminou numa crise em vários setores e criou inúmeros latifúndios, sem leis regulatórias por parte do Estado esse problema se agravou. A autora Maricato (1997, p.22-23) discorre sobre

José Bonifácio de Andrada e Silva, ministro do Império, justificou sua suspensão baseado nas consequências da caótica situação resultante do descontrole na ocupação de terra: população vivendo sem civilidade embrenhada nas matas, agricultura estagnada devido ao latifúndio, que, somado à escravidão era responsável pelo atraso da técnica na produção rural.

Foi com a Lei de Terras em 1850 que os loteamentos passaram a ser comercializados, tornando-se mercadoria, além de demarcar a propriedade latifundiária em nome de homens da elite. A autora Maricato (1997) enfatiza que a criação desta lei está diretamente ligada a abolição da escravatura, que por sua vez foi pressionada por acordos mercantis de países europeus e aconteceu legalmente apenas em 1888.

Nesse ínterim, para suprir a demanda de mão de obra foi necessária a imigração demais trabalhadores vindos da Europa, esses por sua vez não receberam qualquer lote para moradia e agricultura, mas chegaram para trabalhar em condições precárias nas lavouras dos detentores de terra. (FAUSTO,1994)

A imigração levou uma demanda populacional não apenas para o campo, mas para as cidades que se desenvolviam ao passo que a industrialização também

¹ Até o ano de 1822 o Brasil era considerado colônia portuguesa, apenas após esse ano pode-se chamá-lo de país independente.

² Segundo Maricato (1997, p.22) “A concessão de terras era feita mediante a uma cláusula que permitia retorno à Coroa, caso alguma exigência não fosse satisfeita [...]”

chegava de forma incipiente ao país. Vale ressaltar que a Lei de Terras se estendia também sobre as propriedades urbanas, delimitando pela primeira vez a separação entre o que era privado e público. Essa demarcação foi importante para garantir que a elite daquele período continuasse no poder, e por consequência tivesse meios de contratar trabalhadores no sistema de endividamento que o mantém trabalhando sem receber salário para pagar uma suposta dívida, advinda dos custos de transporte e moradia. (VILLAÇA, 2001)

As cidades nas primeiras décadas do século XIX inflavam de forma heterogênea, tendo concentração de habitantes principalmente nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo que foram as primeiras a receberem investimentos de urbanização. Segundo Maricato (1997), foi nesse período também que nascia os cortiços, especificamente constituído de escravos recém libertos que passaram a ocupar regiões na cidade e nos morros. Estima-se que ainda em 1888 haviam pelo menos 45 mil pessoas habitando cortiços no Rio, número que a cada dia aumentava igualmente as epidemias advindas da falta de infraestrutura e saneamento básico. (FERREIRA, 2005)

Explicita-se que, com a superpopulação de pobres nos arredores do centro da cidade e a epidemia de doenças fez com que ao fim do século XIX houvesse uma campanha de higienização das cidades, somada ao embelezamento das mesmas. O governo decide então realizar um controle sanitário como justificativa para expulsão de vulneráveis para longe dos centros urbanos, que destinava-se apenas aos nobres da elite.

Para a classe dominante, evidentemente, era mais fácil conviver com as vilas operárias do que com os cortiços. A única restrição feita pela legislação era que as vilas não fossem construídas em locais nobres ou potencialmente nobres. As intenções segregacionistas que visavam mantê-las afastadas dos locais de interesse da burguesia ficam claras, por exemplo, no Código Sanitário do Estado de São Paulo de 1894. (VILLAÇA, 1986, p. 17)

Com a proclamação da República em 1889 o interesse governamental em embelezar as cidades é notável, de forma que surge a necessidade de instaurar padrões urbanísticos próximos aos que haviam nas cidades portuguesas para atrair investimentos de capital estrangeiro para o Brasil. Assim, a capital³ do país é

³A capital do Brasil até o ano de 1930 era a cidade do Rio de Janeiro.

reformulada, havendo um processo de abertura de ruas e avenidas, construção de edifícios no lugar de casarões, expansão de saneamento básico em áreas nobres. Esse processo se estendeu para várias cidades para acompanhar a hegemonia brasileira, como São Paulo, Belém, Curitiba entre outras. (FAUSTO,1994)

O processo de urbanização acelera no período citado, os comércios e serviços tomam o centro das cidades no lugar de residências, o valor de lotes próximos a esse local continuava subindo privilegiando apenas a classe da elite da República Velha. Nesse momento a dicotomia do entre o centro urbano e periferia é clara, enquanto os ricos que viviam na região central tinham acesso à cultura, serviços e escolas, os periféricos nada tinham. (VILLAÇA, 2001)

Contudo, com a industrialização que ganhou forças em 1930 a diferenciação territorial ficou ainda mais exacerbada, o capitalismo industrial determinante da luta de classes e divisão social do trabalho se destaca e traz à tona a discussão de uma industrialização essencialmente urbana. Esse fenômeno não foi exclusivamente brasileiro, mas abrangeu grande parte do globo. O teórico Marx (1985, p. 63-64) pontua

A constante 'transformação em excedentes' dos trabalhadores dos países da grande indústria promove de maneira artificialmente rápida a emigração e a colonização de países estrangeiros, que se transformam em áreas de plantações das matérias-primas do país de origem, como, por exemplo, a Austrália tornou-se um local de produção de lã. Cria-se nova divisão internacional do trabalho, adequada às principais sedes da indústria mecanizada, que transformam parte do globo terrestre em campo de produção preferencialmente agrícola para o outro campo preferencialmente industrial.

Dito isso, o Brasil seguiu a lógica unicamente de produção agrícola até a chegada de indústrias, a partir desse momento se torna uma economia mista, porém ainda muito dependente da agro exportação. Até 1930 a exportação cafeeira paulista estava em seu auge, sendo uma peça importante para a economia do país, porém com a crise de 30 esse setor foi freado pelas consequências das relações exportadoras internacionais. Assim, é dado início no investimento nas indústrias e esse processo culminou no êxodo rural, triplicando a taxa de urbanização, que chega até 26,35% em 1940 segundo Santos (1993, p.29).

Sobre o aumento da urbanização o autor ressalta

A urbanização também aumenta porque cresce a quantidade de agricultores residentes na cidade. O Brasil é um país que praticamente não conhecia o fenômeno de vil Lage. Pode-se dizer que as primeiras aldeias brasileiras só

vão nascer, já modernas, neste mesmo período, com a colonização na Amazônia e no Centro-Oeste (L. O. Machado, 1984). Na verdade, não nascem rurais, já surgem urbanas. (SANTOS, 1993, p.52).

Vale salientar que até esse período não havia estratégia ou políticas estatais para a questão habitacional, as medidas tomadas de construção de moradias nas cidades e em volta do campo eram as empresas privadas. Até então, com o surto industrial no meio urbano as cidades foram modificando conforme a organização dessas indústrias. Por fim, a habitação de trabalhadores e pessoas de baixa renda começa a ser alvo de intervenção estatal a partir do governo Vargas (1930-1945).

Nesse sentido, a organização sócio territorial já tem esboço findado pelas tomadas de decisões espaciais do período colonial até as primeiras repúblicas, a seguir será discutida a nascente de políticas voltadas à questão habitacional, visto que até 1930 o Estado permitia que a urbanização e territorialização ocorressem nos moldes industriais e não tomava para si essa responsabilidade, esse cenário muda nos próximos anos como veremos a seguir.

2.2 ESTADO E A POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Ao fim da Segunda Guerra Mundial muitos países dizimados pela guerra passaram a implementar o chamado “estado de bem-estar social”, mais precisamente nos Estados Unidos, este visava garantir mínimos sociais para aquela população puída. No Brasil ao governo de Vargas (1930-1945) houve uma branda tentativa de aplicar esse bem estar social baseado nos países que o adotaram, optando por um Estado forte e interventivo, desprendendo-se da ideia liberal. Nesse sentido, o primeiro-passo de uma intervenção pública referente à questão habitacional foi por meio dos chamados Institutos de Aposentadoria e Pensão (IAPS). (BONDUKI, 2004)

A princípio os IAPs não eram especificamente voltados à construção de moradias, seu intuito era conceder benefícios previdenciários e seguros de saúde aos associados, porém em 1937 passou a incorporar investimentos em moradias, onde 50% dos investimentos poderiam ser utilizados para o fundo habitacional. O grande problema dos Institutos se voltava ao fato de não possuir regulação por leis específicas, culminando numa desorganização na execução. (BONDUKI, 2004)

Os residenciais promovidos pelo fundo se voltavam principalmente a abrigar trabalhadores de indústrias e por esse motivo não era entendido como parte de

interesse social, contudo, é notável o impacto habitacional que ocorreu através dele voltado à classe média e alta do período. Conforme destaca Bonduki (2004)

Concentrando uma soma significativa de recursos, os IAPs tiveram participação importante no financiamento de inúmeras incorporações destinadas à venda para a classe média e alta, viabilizando o processo de renovação e verticalização das áreas centrais e nobres das principais cidades brasileiras. Para se ter uma noção do impacto desta intervenção, ressalta-se que apenas o IAPI, Instituto de Aposentadoria dos Industriários, financiou entre 1937 e 1950 quase 5000 unidades habitacionais para classe média, promovidas por incorporadoras imobiliárias, 90% das quais no Rio de Janeiro, onde viabilizou a construção de 618 edifícios de apartamento. (BONDUKI, 2004, p.728)

Como destacado acima, os IAPs tinham pretensões notoriamente mercadológicas, e o cenário habitacional brasileiro vinha numa crescente crise que se mostrou exacerbadamente nos anos 40, com a Lei do Inquilinato. Essa Lei determinou o congelamento dos aluguéis, ou seja, os gastos com o aluguel diminuiriam e consequentemente o mercado imobiliário se viu desestimulado a construir moradias como forma de prover renda através da locação.

Desse modo, a construção de novas habitações sobre caiu para os próprios trabalhadores, com a chegada de mais imigrantes e pessoas em situação de despejo a demanda por um local para morar se torna urgente, a alternativa encontrada por eles foram as construções em lotes informais fora das cidades, locais sem infraestrutura e salubridade.

Comitadamente houve uma crescente de periferias nos morros, principalmente no Rio de Janeiro, que apesar de não oferecer um sistema de serviços públicos como saneamento básico e infraestrutura urbanística evitava que essa população tivesse gastos mensais exorbitantes com moradia. Assim a residência própria autoconstruída era a opção mais viável.

Segundo Bonduki (2004) a edificação feita propriamente pelos trabalhadores que precisavam morar foi incentivada como uma alternativa do Estado “terceirizar” a responsabilidade sobre a habitação. A referida autora explicita

O Decreto-Lei n.º 58 de 1938, que regulamentou a aquisição de terrenos a prestações, dando garantias ao comprador do lote, entre outros aspectos, é um elemento importante na ampliação do padrão periférico como alternativa de habitação popular. Até então, embora proliferassem loteamentos na área externa da cidade, ainda não estava configurado um mercado de terrenos destinados especificamente aos setores populares. Esse forma-se a partir da

década de 30, estruturando todo um sistema que visa estimular o trabalhador a edificar sua casa, como a entrega, concomitantemente com a venda do lote, do material de construção já colocado no local. (BONDUKI, 2004, p.730)

Ainda nessa conjuntura, o governo Vargas decide criar o Projeto Fundação Casa Popular (FCP), que pode ser lida como a primeira política estritamente voltada à habitação. Esse Projeto em questão, objetivava o financiamento de casas populares através de recursos da União, vale destacar que o decreto original previa uma taxa de 1% de transações imobiliárias para alimentar o fundo, porém essa normativa foi barrada por interesses de mercado (BONDUKI, 2004).

Assim, com a alta da inflação do período somado com o quase nulo retorno financeiro da fundação, esse projeto tornou-se inviável naquele contexto. O fim do FCP era previsível, pois desde seu início os setores de construção civil temiam uma monopolização de recursos, fazendo com que os materiais de construção ficassem em falta prejudicando a iniciativa privada. (VALLADARES, 1983).

Após a inoperância do FCP, o Governo Militar em 1964 numa tentativa de aliciar a população a aceitar o autoritarismo ditatorial inicia um processo de "benfeitorias" sociais para de certa forma justificar essa forma de regime. Assim, já em outubro do mesmo ano implementou o Plano Nacional de Habitação, bem como o Serviço Federal de Habitação e Urbanismo, que tinha como objetivo suprimir o crescimento das comunidades periféricas e organizar as cidades. Ao mesmo tempo surgem os planos diretores⁴ das cidades, que era voltada mais especificamente para os centros ignorando as cidades informais. (SILVA, 1939)

Desse modo, é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) como regulamentador do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), visando a promoção de construções habitacionais voltadas a pessoas com baixa renda prioritariamente (AZEVEDO & ANDRADE, 1982). O BNH proporcionou a criação das Companhias de Habitação Popular (COHABs), que são órgãos públicos ou de economia mista que executam e planejam intervenções a partir da política de habitação, até o ano de 1969

⁴ O plano diretor é um projeto de cidade no que tange aos seus aspectos físico-territoriais, elaborado pelo Poder Executivo Municipal, sob a responsabilidade técnica de um arquiteto urbanista com a participação de uma equipe interdisciplinar, em um processo de planejamento participativo. Além disso, o plano diretor deve ser aprovado pela Câmara Municipal, com o que obtém eficácia de vinculação jurídica em face dos atores públicos e privados que concorrem na produção e transformação do espaço urbano. (MINISTÉRIO PÚBLICO DO PARANÁ, 2013)

houve grande investimento nas COHABs, destinando pelo menos 40% dos financiamentos para as moradias populares com o fundo do BNH. (SILVA, 1939)

Contudo, segundo a autora Ozanira Silva e Silva (1939) a partir de 1970 esse modelo de política passou a sofrer um declínio, pois muitos dos beneficiários com seus salários cada vez menores não conseguiam manter as parcelas do financiamento habitacional, chegando à uma inadimplência mutuaría exorbitante de 40% em 1984, sendo em torno de 1,1 milhão de famílias com prestações de imóveis atrasados. Esse fenômeno está ligado ao agravante de desemprego na recessão de 79, o que culminou num baixo recolhimento de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)⁵ afetando diretamente o valor bruto que era destinada ao BNH.

Vale evidenciar que nesse meio tempo foi tentado projetos alternativos para a questão habitacional, o PROMORAR criado em 1979 para atender a população até 3 salários mínimos provendo infraestrutura e serviços de saneamento básico em ocupações irregulares. Contudo, devido à inflação do contexto, tornou-se projetos caros inviáveis não permanecendo por muito tempo. A autora Silva (1939) destaca sobre o assunto

O PROMORAR e o Projeto João de Barro são apresentados como verdadeiras agências de promoção social, visto que, além de pretender resgatar a enorme dívida social do país, pretendem corrigir situações decorrentes da ocupação irregular do solo urbano, oferecer infraestrutura mínima dos serviços requeridos pela condição humana e permitir o acesso à propriedade consubstanciada na habitação codigna. (SILVA, 1939, p. 91)

Dessa forma, o BNH quase chegou ao seu fim em 84, porém foi “salvo” por medidas de investimento nas classes médias e altas, como saída de recuperação do valor de inadimplentes. Porém em dois anos essas medidas não foram eficazes ao ponto de evitar a inoperância do mesmo, então em 1986 as atribuições do BNH são passadas à Caixa Econômica Federal. Nesse contexto, os investimentos nas COHABs diminuíram drasticamente, e para a questão de habitações não ficar volátil o governo de Sarney foi lançado o programa Nacional de Mutirões Habitacionais, da Secretaria Especial de Ação Comunitária (SEAC), que acabou tendo o mesmo fim do PROMORAR. (AZEVEDO, 2007)

⁵ Em 1975 o FGTS recolhido dos trabalhadores poderia ser destinado 100% a compra da casa própria a partir do BNH. (SILVA e SILVA, 1939)

É sabido que, no ano de 1988 ocorreu uma grande mudança no Brasil, entrou em vigência a nova Constituição Federal (CF) no cenário pós ditadura, prevendo recuperar a democracia e garantindo que o autoritarismo não volte a assolar o país. Salienta-se que a CF deferiu a descentralização de políticas habitacionais urbanas, que passaram a ser regidas pelos municípios. Além disso, a moradia como um direito e a função social da terra previsto nos artigos 182 e 183 é um marco importante a ser ressaltado, que será discutido posteriormente.

Nesse sentido, o presidente eleito em 1990 Fernando Collor de Melo deu início a um programa de grande relevância para o âmbito da habitação, o Plano de Ação Imediata para a Habitação (PAIH), que tinha por meta o financiamento de 245 mil habitações num prazo de 180 dias, porém tal meta não foi alcançada. O recurso deste financiamento tinha várias linhas, como: FGTS, Cooperativas e Entidades de Previdência e COHABs. Devido ao custo das moradias e diversas irregularidades encontradas posteriormente, o programa foi encerrado logo no governo de Itamar Franco, que apesar de ter finalizado algumas obras do governo anterior, propôs 2 novos programas em sua gestão: Programa Habitar Brasil e Morar Município. (AZEVEDO, 2007)

Os programas em questão previam a construção de moradias, viabilização de lotes, urbanização em ocupações irregulares, bem como melhorias habitacionais. Além disso, ambos têm uma característica em comum que vale ressaltar, possuem participação do governo estadual e municipal, de forma que era obrigatória ter a formação de um Conselho Estadual ou Municipal de Bem-Estar-Social para a devida aplicabilidade dos programas. Fernandes ainda salienta

No caso de construção de moradias ou melhorias habitacionais, o regime de trabalho deveria ser de “ajuda mútua” ou “auto-ajuda”, enquanto caberia ao governo estadual ou municipal a obrigação de prestar assistência técnica, através de equipe interdisciplinar. Esse custo, no entanto, não poderia ultrapassar 5% do financiamento fornecido pela União. [...] se tratando de produção de moradias e lotes urbanizados, seriam cobradas dos beneficiários parcelas mensais de pelo menos 5% do salário mínimo vigente, pelo período mínimo de cinco anos. Os recursos arrecadados seriam reaplicados no Fundo Estadual ou Municipal de Bem-Estar Social. Caberia ao Conselho estadual ou municipal criar as normas complementares necessárias à matéria. (AZEVEDO, 2007, p.21-22)

Logo em 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, a política habitacional é repensada para não repetir os antigos erros das gestões anteriores, permitindo maior autonomia dos estados e cidades para decisão de prioridades e

particularidades de cada região. Assim, é iniciado o Pró-Moradia que tem como foco a urbanização de áreas irregulares sem infraestrutura e o Programa de Arrendamento Residencial (PAR) para construção de moradias. Além disso, no ano de 2001 entrou em vigência o Estatuto das Cidades, importante passo para o planejamento das ações referentes à urbanização e habitações no país. (AZEVEDO, 2007)

Outrossim, a questão habitacional já tem outra face nesse cenário, com maior interesse estatal e medidas para urbanizar e salubrificicar a cidade. Um importante avanço é o lançamento do Ministério das Cidades em 2003 sob governo de Luís Inácio da Silva, as diretrizes deste ministério foram decididas a partir da Conferência Nacional das Cidades que é considerada uma das conferências mais descentralizadas realizada nesse período, contando com representante do poder executivos municipais e estaduais, legislativo, universidades e significativa participação de OSCs e Movimentos Sociais por Moradia. (AZEVEDO, 2007)

O mesmo governo deu continuidade para o Pró-Moradia, a partir dos fundos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), Orçamento Geral da União (OGU) e o FGTS. Para além dos programas do governo anterior que Lula prosseguiu com os investimentos, em 2009 houve a criação de um dos mais relevantes programas da área da habitação da atualidade, o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), implementada através da Medida Provisória nº 459.

Em linhas gerais, o PMCMV se caracteriza por conceder financiamento habitacional para famílias de baixa renda e classe média, esses que são divididos por faixas conforme a renda e possui porcentagem de valor financiado regressivo, ou seja, quanto menor a renda familiar maior é o financiamento. Desse modo, na primeira fase de governo (2009-2011) foram construídas mais de 1 milhão de unidades, sendo pouco mais de 400 mil unidades habitacionais destinadas a Faixa I do programa, que corresponde à população com 0 a 3 salários mínimos.

Todavia, apesar da contratação de unidades ter sido acima da meta, apenas 24% do montante de unidades foram entregues finalizadas ao fim do período, sendo 45% concluídas, porém sem efetivação de entrega, bem como 31% sem finalização de obras (ANDRADE, 2012). No que se refere ao segundo período do PMCMV (2012-2014), houve considerável aumento de investimento chegando a 2,4 milhões de unidades contratadas até o fim de 2014, número que deve ser destacado, porém

repensado levando em consideração a distribuição desigual por diversas regiões do país.

O PMCMV baseia-se em dados do Censo de 2010 sobre déficit habitacional para determinar a distribuição geográfica de recursos. Os recursos são distribuídos entre os 27 estados da Federação, proporcionalmente à estimativa do déficit habitacional de cada um. Estudos revelam que os empreendimentos habitacionais destinados às famílias da Faixa I concentram-se em municípios em microrregiões mais pobres e municípios metropolitanos em Estados mais pobres (BALBIM ET AL., 2013). Há, no entanto, baixa presença destes empreendimentos em áreas de dinâmica econômica intensa. Como já observado, os custos de produção das unidades habitacionais em áreas mais ricas é muito maior, o que desestimula as empresas construtoras em realizar empreendimentos voltados para as classes mais baixas nestes locais. No entanto, como já observado, 48% do déficit habitacional urbano concentra-se em regiões metropolitanas das capitais do país. (OLIVEIRA, 2017, p. 13)

Mais tarde, em 2020 na governança de Jair Messias Bolsonaro (2018-2022) o PMCMV é reformulado e renomeado, passando a ser caracterizado como Casa Verde e Amarela, uma das mudanças efetivadas foi a mudança no valor das faixas de atendimento. Esse programa por sua vez viabilizou pouco mais de 1 milhão de unidades habitacionais até o fim do governo, sendo a maior parte dos fundos voltados para o grupo 2 e 3, não havendo investimentos para financiar residências para o grupo 1 que mais dependente de medidas habitacionais. (GUERREIRO, 2020)

Por outro lado, em 2017 sob governo de Temer foi sancionada a Lei 13.465 de Regularização REURB, que prevê interesse social de regularizar locais passíveis de urbanização, voltado a pessoas de baixa renda incluindo regiões de ocupações irregulares que serão providas de intervenções urbanísticas, esta contou com investimentos nos governos seguintes e segue em vigência até a atualidade. Essa lei permite que municípios e estados utilizem-na para formulação de decretos para início desse programa, assim, a aplicabilidade desta está em vigor apenas em alguns municípios.

Por fim, no ano de vigência dessa monografia (2023) à luz da nova gestão de Luiz Inácio, foi anunciado retorno do Programa Minha Casa Minha Vida, visando à finalização de obras de moradias paradas e com uma nova meta de entregar 2 milhões de unidades habitacionais até o ano de 2026, segundo o ministro das Cidades Jarder Filho em seu discurso na plenária de assinatura da Medida Provisória de relançamento do programa.

3 MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA.

Neste capítulo, será tratado a respeito do papel dos movimentos sociais por moradia na formulação de políticas habitacionais pelo Estado, bem como, na luta para ter onde morar dignamente. Nesse contexto, caberá a discussão sobre o uso da terra, territorialidade, o que se entende por moradia digna e pertencimento territorial.

3.1 HISTÓRICO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS POR MORADIA NO BRASIL

É sabido que a história brasileira é essencialmente uma história de lutas, estas que muitas vezes são estrategicamente retiradas de diversos livros e discursos, pois tangem uma revolta sobre os moldes de sociedade que beneficiam apenas a Elite e o Estado. Nesse sentido, a autora Gohn (2000) pontua que o primeiro movimento brasileiro foi a própria luta pela independência do Brasil, chamada de Inconfidência Mineira, após este, vários outros começaram a implodir na recente república, mas a mesma autora ressalta que tais movimentos eram desarticulados, mal definidos e tinham dificuldade de permanecer contínuos, sendo desmobilizados pelas forças estatais.

Vale-se atentar a definição de movimento social para compreender os aspectos que se discutirá a seguir. Ainda à luz das pesquisas de Gohn (2000), é importante levantar diferenciações que possam suprir a delimitação do que pode-se entender como movimento social e o que são outros fenômenos sociais. Assim, a autora explicita que há quatro especificações que tangem essa diferença. A primeira delas diz respeito ao entendimento que não deve-se esvaziar o conceito como mero grupos de interesses, mas um coletivo com objetivos em comum, que possuam uma identidade social e estejam comprometidos com a ação.

A segunda delas, volta-se para o entendimento do próprio termo “movimento”, logo o que se move não está estático, está em ação, porém a autora entende que há uma relação entre duas possibilidades dessa definição, a geral e ampliada; e a restrita e específica. Ambas devem ser levadas em consideração nesse contexto. No entanto, a terceira destaca que deve haver um cuidado para não considerar quaisquer lutas armadas e rebeliões como movimento por si só, podendo ser um meio de estratégias usadas em alguns momentos, mas não se limitando a tal.

Por fim, a quarta incumbe na questão do local onde os movimentos se desenvolvem, nesse caso, a autora dita que a ação coletiva ocorre em locais não institucionalizados, tanto na esfera pública como na privada. Assim, com as diferenciações citadas é possível melhor delimitar o que é um movimento social propriamente dito. Para Gohn (1995, p.44) os Movimentos Sociais são

[...] ações coletivas de caráter sócio político, construídas por atores sociais pertencentes a diferentes classes e camadas sociais. Eles politizam as suas demandas e criam um campo político de força social na sociedade civil. Suas ações estruturam-se a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em situações de: conflitos, litígios e disputas. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva ao movimento, a partir de interesses em comum. Esta identidade decorre da força do princípio da solidariedade e é construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo.

O autor Castells ainda complementa a respeito do nascimento dos movimentos sociais e como eles são entendidos pelo Estado

Um movimento social nasce do encontro de uma dada combinação estrutural, que acumula várias contradições, com certo tipo de organização. Todo movimento social provoca, por parte do sistema, um contra-movimento que nada mais é do que a expressão de uma intervenção do aparelho político (integração-repressão) visando à manutenção da ordem. (CASTELLS, 1983, p.387)

Para analisarmos os movimentos sociais por moradia no Brasil é necessário a discussão sobre os movimentos urbanos, ou seja, existe uma caracterização que dita que estes movimentos se diferem de outros como a luta homossexual, feministas e outras. Quando falamos de movimento urbano, estamos nos direcionando a ideia de que estes tratam de habitação, serviços comunitários e tudo que envolve o coletivo urbano, neste caso a moradia se enquadra nessa modalidade.

No entanto, todos os movimentos sociais foram duramente cerceados no período ditatorial de 1964 a 1980, perdendo força e sendo perseguido, principalmente 1967 com a implementação no Ato Institucional 5 (AI-5) realizado por Médici, que previa a dura repressão de quaisquer grupos que se opusessem ao Governo. O AI-5 fez com que os militantes fossem torturados, violentados e até mesmo mortos pelas forças militares, além de criminalizar as reuniões, assembleias e mobilizações, isso fez com que os movimentos entrassem em momento de recessão. (BRUZIGUESSI, 2014).

A queda do AI-5 veio com o declínio econômico do país que fragilizou o governo autoritário, os militares propunham uma pequena abertura gradual da repressão, que fez os movimentos populares voltarem a se reacender aos poucos. Com isso, houve a nascente de organizações sindicais, greves operárias como o ABC paulista e a importante criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983, que previa a defesa dos direitos da classe trabalhadora a mobilizando tanto no meio urbano como rural.

Além disso, houve a criação da Lei Orgânica dos Partidos, que permitiu o pluripartidarismo desfazendo a ARENA (Aliança Renovadora Nacional) e o MDB (Movimento Democrático Brasileiro). Assim, cria-se o Partido dos Trabalhadores (PT), este que uniu a luta sindical e trabalhadora agora como agente político, bem como, formou uma tríade junto a CUT e ao MST (Movimento Sem Terra) para lutar pelos direitos sociais da classe trabalhadora, unificando com os demais movimentos sociais para a derrubada do Governo ditatorial através do importante movimento Diretas Já.

Assim, se dá o fim da ditadura militar em 1985, mas o país se encontrava com altos níveis de desemprego, nas referidas comunidades não haviam mais espaço para novas construções de moradias, os aluguéis estavam cada vez mais caros, então, iniciou-se um processo de ocupações de áreas urbanas irregulares em massa, impulsionado pelo movimento por moradia. A autora Gohn (1991, p.13-14) explicita algumas características dessa luta

As diferentes formas de luta (pelo acesso à terra, pela regularização da área, pela posse de terra, pela urbanização da favela, pela construção através de mutirões, pela reconstrução das casas-ambriões populares financiadas pelo governo, pela construção de conjuntos populares, pelo rebaixamento das prestações do Sistema Financeiro de Habitação, etc.), todas elas já iam nascendo posicionadas, ou seja, com caráter e marcas políticas e/ou partidárias, definidas segundo o grupo de assessoria a que articulavam ou as posições das lideranças populares que assumiram a direção de suas ações.

Com a redemocratização do país nos anos 80, houve uma iniciativa de diversas ocupações de terras organizadas pelo Movimento da Reforma Urbana, o que culminou na Emenda de Iniciativa Popular e mais tardar no artigo 182 e 183⁶ da constituição

⁶ Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

citada a seguir. Com a promulgação da constituição de 1988 organizam-se movimentos sociais por terra e moradia, são eles: União Nacional de Luta por Moradia Popular (UNMP); Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM); Central dos Movimentos Populares (CMP); Confederação Nacional das Vilas e Favelas (CNVF), Movimento de Lutas em Bairros (MLB); e Confederação Nacional de Associações de Moradores (CONAM).

Os movimentos citados acima, salvo o MLB (que ainda não havia se instaurado como movimento), iniciou em 1991 uma mobilização popular em prol da moradia popular, tendo como compromisso um vislumbre nacional numa luta pelo Fundo de Habitação de Interesse Social, estes conseguiram 1 milhão de assinaturas para tal projeto. Nesse sentido, em 1992 ocorreu a Caravana Nacional da Moradia que mobilizou pelo menos 5 mil pessoas, que apresentaram as assinaturas para Câmara dos Deputados protocolando essa proposta como e Iniciativa Popular de nº 2710/1992. No entanto, o projeto tramitou durante 13 anos até que em 2005 foram implementados o Fundo e o Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social pela Lei 11.1124/2005. (BARBOSA; COMARÚ, 2019)

Como citado no capítulo anterior, o Estatuto das Cidades (2001) e o Ministério das Cidades (2003) deram um novo contorno para a questão da habitação do país, porém a população mais pobre continuou sem precedentes de moradia digna e lutando para ter esse direito. Num pequeno salto temporal, analisamos os movimentos por moradia no cenário a partir de 2013, ano que teve como protagonista os protestos por moradia em vários estados do Brasil.

O ano de 2013 chama atenção, pois com a Copa do Mundo que haveria no Brasil em 2014 e as Olimpíadas de 2016, aconteceram inúmeros despejos de famílias por consequência das obras desses eventos, estas que ficaram sem ter onde morar ou qualquer segurança social. Tais protestos foram organizados pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana (FNRU) –que congrega movimentos populares, associações de classe, ONGs (organizações não governamentais) e instituições de pesquisa- além de grande destaque do Movimento de Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. (Constituição Federal, 1988)

Nesse contexto, o MTST objetiva de forma geral a ocupação de imóveis desocupados há muito tempo e que não possui função social, esse movimento surgiu em 1987, mas tomou notoriedade midiática no ano citado a cima, contudo, nota-se que com o destaque das ocupações desses prédios surge um discurso de criminalização do movimento por parte de partidos com ideais liberais, da mídia e da elite dona de parte desses empreendimentos inutilizados. Os autores chamam atenção para alguns pontos

As ocupações de terra ou de edifícios abandonados ou subutilizados acabam cumprindo finalidades diferentes: chamar a atenção das autoridades e governantes para o problema habitacional; ampliar a visibilidade do problema habitacional e urbano para a imprensa e a sociedade como um todo, e chamar a atenção das comunidades também. A observação empírica sobre as ocupações mostra que em diversos casos, o poder público promove a regularização fundiária e adquire o prédio. Em muitos outros casos, quando não ocorre a aquisição do prédio, nem a reintegração posse, os moradores permanecem residindo no prédio por muitos anos. Somente para ilustrar, em São Paulo, há ocupações, cuja entrada de prédio ocorreu há mais de 12 anos. A pressão pela reintegração de posse, no geral, se verifica nos casos de imóveis situados em regiões de alto grau de interesse e potencial valorização imobiliária. Em localidades onde o mercado formal não possui interesse, a pressão pela remoção tende a ser bem menor. (BARBOSA; COMARÚ, 2019, p. 36)

O líder do MTST Guilherme Boulos (2017), em seu livro intitulado “Porque ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto” discorre sobre os princípios do movimento no que diz respeito a moradia, ele aponta que as manifestações e ocupações são meios de reivindicação pelo direito de morar, explicita que o perfil das famílias participantes são trabalhadores de baixa renda que não conseguem arcar com o valor do elevado dos aluguéis e que uma das diversas pautas é a otimização do Programa Minha Casa Minha Vida, de maneira que pedem pelo investimento de recursos aplicados na faixa 1 do programa, famílias que se encontram em vulnerabilidade habitacional.

Na atualidade os movimentos por moradia continuam lutando pelo direito de ter onde morar, realizando manifestações contra despejos, ocupando locais irregulares sem função social, ocupando prédios inutilizados e requerendo articulações com representantes do governo. Nesse sentido, é cabível a tratativa de como se dá o direito à cidade num panorama capitalista e o que entende-se como pertencimento, estes, serão discutidos a seguir.

3.2 DIREITO À CIDADE, MORADIA E PERTENCIMENTO TERRITORIAL

Quando voltamos nossa atenção para pensarmos sobre cidade, é comum que apareça um cenário de casas, prédios, vias asfálticas e demais intervenções urbanísticas que constituem o que conhecemos por cidade. Contudo, aqui teceremos uma discussão sobre como a cidade se constitui como antro das relações e segregações sociais. Segundo Lefebvre (1999) a conceituação de cidade se difere do urbano, de maneira que o primeiro se caracteriza como a concretude da ação, um espaço que é palpável e tem vida. O segundo pode ser entendido como um fenômeno, algo além do que se pode ser delimitado, sendo mutável e dinâmico.

Nesse sentido, o direito à cidade para Lefebvre (1991) se constitui mais como uma utopia, pois trata-se de algo para além de direitos, ou seja, direito ao habitat, ao habitar, a infraestrutura ou apropriação, mas uma luta social e política que vai contra a produção capitalista onde a lógica passaria a ser a construção social a partir do valor do uso propriamente dito e não mais uma forma mercadológica que promove lucro à capitalistas.

Logo, é na cidade que se dá a segregação residencial, fruto da desigualdade social, fazendo com que existam bairros e locais supervalorizados que tem melhor acesso a serviços públicos, melhores residências, transportes mais eficientes, onde vivem as pessoas com mais poder aquisitivo. Por outro lado, existem os bairros mais periféricos, com pouca ou nenhuma infraestrutura, com dificuldade de acesso a serviços públicos, possuindo poucas opções de transporte e etc. Essa diferenciação é visível, e as autoras Kauchakje e Scheffer (2017) complementam que essa situação é reafirmada com as políticas habitacionais que costumam a construir moradia para a população de baixa renda em locais mais longínquos do centro da cidade.

Os impactos dessa segregação são diversos, a não mobilidade socioespacial cerceia possibilidades de uma cidade mais justa e unificada. Além disso, essa distribuição espacial faz parte de uma intencionalidade capitalista de urbanização, como autor Gottdiener (1977, p.248-249) discorre sobre

Na verdade, existem fortes incentivos, irresistíveis mesmo, a viver em áreas fora do centro da cidade. Contudo, a própria presença dessas áreas não prova que a livre escolha foi exercida no decurso dos anos pelos milhões de americanos que ali vivem no momento, como a maioria dos analistas convencionais gostam de nos fazer crer através de análises que salientam apenas considerações ligadas à demanda. Ao contrário, o espaço suburbano

foi produzido pela articulação entre o Estado e o setor imobiliário, que favoreceu uma forma particular de atividade de circuito secundário em lugar de outras alternativas, como o crescimento planejado e coordenado, que poderia ter sido tentado tão rapidamente quanto possível e que poderia ter preservado valores de comunidade tanto na cidade quanto no interior. Consequentemente, a forma atual de expansão metropolitana representa menos os desejos de seus muitos habitantes, como a teoria ecológica nos leva a acreditar, do que as atividades desordenadas dessa linha de frente do capital disfarçada pela ideologia de crescimento.

Nesse ínterim, há outra diferenciação posta nas cidades segundo Maricato (2001, 2003), a autora explicita que existe a cidade formal (legal) e a informal (ilegal). A cidade formal é aquela que possui infraestrutura, tem equipamentos públicos em seu entorno e é legalizada em detrimento do planejamento urbano, já a informal é aquela que nasce na periferia, com infraestrutura precária, moradias vulneráveis com famílias de baixa renda vivendo nelas.

A referida autora traz à tona a relação que a cidade informal tem com a manutenção do sistema de capitalismo das cidades, pois a relação de trabalho barato que se desdobra nesses locais é vantajosa, da mesma forma que isso faz com que o mercado de especulação fundiária se desdobre mais eficientemente. Dessa forma, entende-se que essa contradição de formal e informal é mantida pelo Estado a fim de beneficiar a elite econômica. Essa análise corrobora com a discussão de Engels sobre o problema da habitação, que segundo ele é intrínseco ao sistema capitalista.

De onde provém a crise da habitação? Como nasceu? [...] ela é produto da forma social burguesa: uma sociedade não pode existir sem problemas de habitação quando uma grande massa de trabalhadores dispõe apenas do seu salário, isto é, da soma dos meios indispensáveis à sua subsistência e à sua reprodução [...] e isso se dá num ritmo mais rápido que a construção de habitações nas circunstâncias atuais e se encontram sempre inquilinos para a mais infeta das pocilgas; quando, enfim, o proprietário de uma casa, na qualidade de capitalista, tem não só dinheiro, mas também em certa medida, graças à concorrência, o dever de exigir, sem escrúpulos, aluguéis elevados (ENGELS, 1979, p. 24).

Assim, a cidade ilegal aumenta e com ela as ocupações irregulares, que se trata de famílias que pela falta de acesso a moradia passam a morar em regiões ambientalmente vulneráveis ou insalubres, como próximo a rios, fundo de vales, locais afastados que são próximos a rodovias, terrenos de proteção ambiental e abaixo de linhas de alta tensão. Essa população vive em situação de risco, pois estão vulneráveis a doenças por contaminação, visto que não possuem saneamento básico,

acometidas por enchentes e até incêndios decorridos de fiações de luz improvisadas e sem segurança.

Tendo isso em vista, é relevante pensarmos a respeito do que se constitui como moradia digna. A moradia em questão não é considerada como apenas um teto em que uma família vive sob, mas um local que ofereça segurança de habitabilidade para além da mera infraestrutura. Segundo o Instituto da Cidadania (2000, p.9) a moradia digna “é aquela localizada em terra urbanizada, com acesso a todos os serviços públicos essenciais por parte da população que deve estar abrangida em programas geradores de trabalho e renda”.

É relevante pontuar que para discussão a respeito de moradia digna é necessário se valer do entendimento do que é uma habitação inadequada, para assim delimitar as diferenciações conceituais. Em 1995 a Fundação João Pinheiro (FJP) localizada em Belo Horizonte foi protagonista de um estudo aceito como método nacional de identificação de domicílios inadequados, este que determinou cinco critérios para tal definição, sendo eles: 1) adensamento excessivo de domicílios próprios; 2) carência infraestrutura - habitação que não possui ao menos um dos seguintes serviços básicos: rede geral de abastecimento de água com canalização interna, iluminação elétrica, rede de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo; 3) ausência e banheiro exclusivo; 4) inadequação fundiária urbana; e 5) cobertura inadequada.

Anteriormente ao método citado acima, eram contabilizados como inadequação domiciliar apenas dois recortes de moradia, a durável e a não-durável. A primeira delas se caracteriza por residências construídas em material durável, sendo alvenaria ou madeira aparelhada própria para moradia, já a segunda entende-se como habitações improvisadas, rústicas ou em área rural. Desse modo, a nova metodologia traz um importante avanço para o não esvaziamento da questão da inadequação de domicílios, bem como, uma nova visão que desprende-se do interesse do mercado de reduzir o problema habitacional a apenas a falta de construção de novas moradias. Nesse sentido, desdobra-se a discussão sobre o déficit habitacional no Brasil, logo que este não dispõe apenas a respeito de pessoas sem moradia ou em situação de rua, mas leva em conta a problemática dialética da questão da habitação no país.

O déficit habitacional então é separado em dois segmentos para o direcionamento de políticas públicas, o quantitativo são os casos de falta de moradia;

e o qualitativo é a demanda que possui as moradias inadequadas como supracitado. A FJP então utiliza cinco componentes para definir o déficit habitacional sendo eles: domicílios rústicos; domicílios improvisados; unidade doméstica com muitos habitantes por cômodo; domicílios de apenas um cômodo e domicílios identificados com ônus excessivo de aluguel urbano.

No ano de 2019 houve um último levantamento de dados do déficit habitacional brasileiro por meio do FJP e IBGE, que apontou o número de 5,8 milhões de moradias em déficit, sendo 1.482.585 habitações precárias conforme a figura abaixo. Já o ônus excessivo do aluguel soma mais de 50% do número total, número que chama atenção, pois muitas dessas pessoas nessa situação estão sujeitas a incapacidade de pagamento do aluguel, e possivelmente podem passar a habitar ocupações irregulares conforme discutiremos a seguir.

FIGURA 1 - Componentes e Subcomponentes do déficit habitacional

Componentes e subcomponentes do deficit habitacional	
Habitação precária 1.482.585 (25,2%)	Domicílios rústicos: 696.849 (11,9%)
	Domicílios improvisados: 785.736 (13,4%)
Coabitação 1.358.374 (23,1%)	Unidades domésticas conviventes deficit: 1.261.407 (21,5%)
	Domicílios cômodos: 96.968 (1,7%)
Ônus excessivo com aluguel: 3.035.739 (51,7%)	
Deficit Habitacional: 5.876.699 (100%)	

Fonte: IBGE, Pnad 2019 e CadÚnico 2020, p. 10. Fundação João Pinheiro.

Através dessa discussão nota-se que o direito à cidade e à moradia é privado de milhões de brasileiros que vivem em vulnerabilidade habitacional e social, enquanto contraditoriamente o último censo do IBGE⁷ de 2022 apontou 11 milhões de

⁷ Os dados do IBGE do ano de 2022 a respeito de domicílios encontram-se no site oficial: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/indicadores.html?localidade=BR>

domicílios particulares permanentes que estão vagos e 66.182 que domicílios coletivos que estão sem moradores, ou seja, analisando a quantidade de déficit habitacional citado acima fica claro que existem mais imóveis desocupados do que pessoas sem moradias no país.

Outro ponto que a moradia traz em sua dinâmica dialética é o pertencimento territorial, aqui daremos relevância à discussão, pois ao pensarmos no contexto de moradia como relação para além de um teto, mas de atribuir uma experiência social comunitária que constroem sua identidade

Em seu livro "A Produção Capitalista do Espaço" de 2006, o geógrafo David Harvey explora a importância do pertencimento territorial como um componente fundamental da identidade coletiva de uma comunidade. Segundo ele, o pertencimento territorial vai além da simples ocupação física de um determinado espaço, envolvendo relações afetivas, históricas e simbólicas entre os indivíduos e o lugar que habitam.

Desse modo, o pertencimento territorial é um tema essencialmente ligado à identidade e à relação que as pessoas têm com o seu espaço de vivência. Manuel Castells, em sua obra "A Sociedade em Rede" de 1999, aborda o pertencimento territorial à luz das transformações sociais e tecnológicas da contemporaneidade. Ele argumenta que o espaço físico não é mais um elemento isolado, mas está interligado às redes globais de informação e comunicação.

Por sua vez, Henri Lefebvre, em sua obra "O Direito à Cidade" de 1968, discute o pertencimento territorial a partir de uma perspectiva mais social e política. Ele enfatiza a importância da cidade como espaço de vivência coletiva e como palco de lutas sociais pela apropriação e transformação do espaço urbano. Lefebvre argumenta que o pertencimento não deve ser restrito a alguns grupos privilegiados, mas sim garantido a todos os indivíduos, promovendo a produção do espaço em função das necessidades coletivas.

Assim, a contribuição de Castells e Lefebvre nos permite compreender o pertencimento territorial em diferentes contextos e épocas. Enquanto Castells destaca a interconexão do espaço físico com as redes globais, Lefebvre enfatiza a dimensão social e política do pertencimento, reivindicando o direito de todos à cidade. Esses autores nos ajudam a refletir sobre a complexidade desse tema e a importância de

considerar as transformações sociais, tecnológicas e políticas para compreendermos as dinâmicas contemporâneas de pertencimento territorial.

Diante disso, fica evidente que o pertencimento territorial é um tema multidimensional, abordado por diversos autores ao longo dos anos. Sua compreensão é essencial para entendermos os laços que as pessoas estabelecem com o lugar em que vivem suas identidades coletivas e a importância que atribuem ao espaço físico na construção de suas experiências sociais e culturais.

Nesse sentido, a partir da discussão exposta nesse capítulo, passaremos a seguir para uma análise de como se constituem essas ocupações irregulares apresentadas aqui, enfatizando a cidade de Curitiba, bem como a perspectiva do Serviço Social a respeito dessa questão no capítulo seguinte.

4 A LUTA POR MORADIA EM CURITIBA

Este capítulo contemplará a luta por moradia através de ocupações irregulares em Curitiba, de forma que a discussão percorrerá a historicidade destas, trará a visão da população representada pelas lideranças de ocupações através da pesquisa de campo e concluirá com a visão e atuação do Serviço Social a respeito dessa questão.

4.1 HISTÓRICO DAS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA

Curitiba é a capital do Paraná e uma das cidades chamadas de "modelo" na questão urbanística por alguns entusiastas, porém há uma faceta ainda invisibilizada da cidade, há diversas ocupações irregulares onde vivem famílias em situação de vulnerabilidade por consequência da falta de acesso destas a moradia digna. Como discutido anteriormente, a segregação espacial é de extrema evidência na cidade, tendo a região central voltada para o comércio e moradia de pessoas de renda alta, e em contrapartida a periferia é mais longínqua e onde moram as famílias de baixa renda em locais sem infraestrutura.

Curitiba, tomada como cidade modelo de planejamento urbano, está cercada por uma coroa formada de numerosos núcleos de terras invadidas, muitos dos quais estão em áreas de proteção ambiental. Nenhuma grande cidade brasileira foge ao destino aqui descrito. E cada vez mais as cidades de porte médio seguem o mesmo caminho. Basta ver o aumento do número de cidades com favelas a cada ano. (MARICATO, 2003, p.159).

Nesse sentido, o processo de urbanização da cidade de forma desigual, resgatando a historicidade da cidade nota-se que em 1970 com o êxodo rural diversos imigrantes vieram a Curitiba buscando melhores condições de vida, pois nessa época uma grande crise cafeeira atingia o Paraná. A cidade por sua vez ficou superpopulosa, não conseguindo assentar a exorbitante quantidade de pessoas que havia chego, assim, estas famílias passaram a habitar as bordas do município onde fazia divisão com as respectivas regiões metropolitanas, longe do centro e do processo de urbanização. (CARVALHO, 2009)

Esse montante citado acima se desdobrou em diversas ocupações irregulares de desdobrando no município, segundo o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC) os primeiros registros destas se deram logo em 1971, sendo 21 pontos de ocupações com 2.213 domicílios sendo em torno de 8.852

peças habitando esses locais. Desde então, o IPPUC passou a realizar esse levantamento periodicamente, dando margem para estudos e notoriedade para a questão.

A política habitacional implantada em Curitiba que iniciou entre os anos 1960 e 1970 seguiu a modelo de política de erradicação de favelas, o então prefeito da cidade nesta época Ivo Arzua foi o gestor de ações direcionadas à COHAB, IPPUC e Prefeitura Municipal de Curitiba (PMC) até o fim de seu mandato em 1982. O problema das ocupações irregulares era entendido meramente como uma questão socioeconômica, e não compreendido como um problema habitacional e fundiário.

É nesse contexto, que em 1964 acontece os primeiros reassentamentos realizados pela COHAB-CT, famílias de diversas ocupações foram reassentadas para o empreendimento Núcleo Habitacional Nossa Senhora da Luz que se constituía com 2.150 unidades habitacionais. Sendo assim, como esses realocamentos partiam de uma ideia higienista como discorrido anteriormente, a localidade onde tais famílias foram realocadas era uma região afastada e periférica, sem realojamentos urbanísticas em seu redor e isolado do resto da cidade.

O autor Albuquerque (2007) pontua que o modelo de eliminação de favelas deu continuidade no ano de 1967, período em que o governo de Omar Sabbag (1967-1970) sancionou a Política de Erradicação de Favelas do Município de Curitiba (Lei Ordinária 3.318/1968), que diferentemente do governo de Arzua, objetivava a extinção das favelas sem um projeto de reassentamento ou moradias para realocar as famílias. Assim, nessa nova política implantada as pessoas em situação de moradia irregular deviam individualmente encontrar estratégias para aquisição ou locação de um domicílio.

As primeiras ocupações a se consolidarem no município foram à favela do Veletão (atual Parolin) e a Vila Pinto, com o passar dos anos diversas outras foram se constituindo, porém, a ocupação Xapinhal ganha destaque nessa discussão. Esta ocupação pode ser considerado um marco histórico para a luta por moradia em Curitiba, pois foi formada por dezesseis entidades sociais em busca de pressionar o poder público municipal para dar uma resposta a questão habitacional da cidade. (TONELLA, 2010)

A organização para a ocupação Xapinhal iniciou em 1980, e objetivava a luta pela ampliação de loteamentos de moradia, bem como a regularização de domicílios.

Desse modo, esse movimento se reuniu com a COHAB-CT acordando um projeto piloto de loteamentos chamado de Bairro Novo, localizado no meio da cidade, porém esse projeto passou a ser inoperante com a queda do BNH e com o enxugamento de recursos federais em 1987. Assim, o movimento como forma de uma nova pressão sobre o público, iniciou em 1988 a ocupação de um terreno público próximo as eleições municipais, a fim de dificultar qualquer ação de despejo. (SILVA et al, 2021)

De acordo com Tonella (2010) esta ocupação chegou a ter mais de 10 mil pessoas, sendo em torno de 3.200 famílias que ocuparam gradativamente o local. O prefeito da época Roberto Requião definiu o não despejo dessas famílias, decidiu que junto à Secretaria de Desenvolvimento Social seriam feitas análises de alternativas para solucionar a questão habitacional daquele cenário. Então, com a eleição de Jaime Lerner em 1988 as negociações de regularização permaneceram, até que o Projeto Vila Xapinhal foi iniciado pelo IPPUC em conjunto com a COHAB-CT apenas em 2001 promovendo a regularização, urbanização reassentamento destas famílias.

Os efeitos da ocupação discutida acima, abriram margem para que as ocupações de terrenos tomassem caráter de luta por moradia através de pressionamento do poder público conforme pontua Tonella (2010). No ano de 2000 haviam pelo menos 57 mil domicílios em situação de ocupação irregular na cidade de Curitiba, cenário que não tem grande mudança até o último levantamento feito pela COHAB-CT em 2019, que aponta um montante de 50 mil domicílios nessa condição, sendo identificadas 453 ocupações irregulares espalhadas pela capital.

Tomando como referência Nunes da Silva et al. (2020), observou-se que aproximadamente 31% das ações da COHAB-CT corresponderam a titulação de lotes em assentamentos informais, 29% para reassentamento de famílias residentes em favelas e 40% foram voltados à produção de novas unidades habitacionais para atendimento da fila. A partir desses números, as intervenções em favelas (consolidação dos assentamentos e remoção-relocação) corresponderam a aproximadamente 60% das ações da Companhia, uma cifra significativa, considerando que na trajetória da política municipal de habitação tem sido priorizada a produção de habitação nova para atendimento da fila de inscritos no seu cadastro - 60% das ações implementadas desde 1965 foram voltadas à atenção desse público. (SILVA et al, 2021, p.297)

Tendo em vista que a COHAB-CT na atualidade é a principal planejadora e executora das políticas habitacionais tanto federais como municipais, vale ressaltar que o último levantamento de ocupações irregulares feito entre 2019 e 2020 pode ter

se alterado com a pandemia do covid-19, há registros e nascentes ocupações nesse período pandêmico, bem como adensamento⁸ das mesmas. Diversas famílias perderam sua fonte de renda e consequentemente passaram a ter dificuldades de pagamento de aluguéis, viram como saída a habitar tais ocupações.

4.2 ANÁLISE DE COMO SE CONSTITUEM AS OCUPAÇÕES IRREGULARES EM CURITIBA

Como já salientado na capital paranaense encontra-se pelo menos 453 ocupações irregulares distribuídas por toda cidade. Nesse sentido este trabalho visa analisar como tais ocupações se constituem como forma de luta por uma moradia digna, para tanto, utilizou-se uma pesquisa de campo para melhor compreender tal panorama presente na atualidade. Segundo os autores Marconi e Lakatos (2010) a pesquisa é empregada com a intenção de obter informações e/ou conhecimento sobre uma questão, para a qual se busca uma solução, ou sobre uma hipótese que se deseja validar. Essa abordagem envolve a observação direta de eventos e fenômenos conforme ocorrem naturalmente, a coleta de dados relacionados a eles e o registro das variáveis que se presume serem pertinentes, com o propósito de posterior análise.

Portanto, a abordagem qualitativa de pesquisa será empregada nesse contexto, com o propósito de examinar os objetos de estudo de maneira não restrita a abordagens numéricas ou estáticas, mas sim apreciando sua singularidade em sua totalidade. Isso permitirá uma gama abrangente de detalhes para a compreensão do objeto delimitado neste contexto, explorando suas nuances em diferentes cenários e contextos. Conforme Câmara, a pesquisa qualitativa se configura como

Descrições detalhadas de fenômenos, comportamentos; citações diretas de pessoas sobre suas experiências; trechos de documentos, registros, correspondências; gravações ou transcrições de entrevistas e discursos; dados com maior riqueza de detalhes e profundidade e interações entre indivíduos, grupos e organizações. (CÂMARA, 2013, p.181).

⁸ Dados estimados via entrevistas com movimentos sociais e famílias ocupantes encontrados no site: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/o-drama-de-quem-perdeu-a-moradia-durante-a-pandemia,eb66fa987ddd7e5b8daa2d76552fac7f1afwz9pg.html>

Desse modo, foi delimitado uma amostra do universo para possível análise subsequente, segundo Vergara (2010) a população amostral se trata de uma pequena parcela do montante do universo que possa representar os interesses primordiais da pesquisa. Sendo assim, utilizou-se uma amostra não probabilística com base na vivência em campo de estágio da pesquisadora na COHAB-CT, ou seja, foram escolhidos como amostra 3 lideranças de ocupações irregulares em Curitiba que possam representar os demais habitantes de cada local, respondendo o interesse dos mesmos. Conforme Gil (2008)

Constitui o menos rigoroso de todos os tipos de amostragem. Por isso mesmo é destituída de qualquer rigor estatístico. O pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam, de alguma forma, representar o universo. Aplica-se este tipo de amostragem em estudos exploratórios ou qualitativos, onde não é requerido elevado nível de precisão. (GIL, 2008, pg.94)

Assim, a pesquisadora utilizou os seguintes critérios para escolha da amostragem a partir dos conhecimentos prévios adquiridos em campo de estágio: lideranças com atuação reconhecida, originário da ocupação, que ocupe uma região sem agenda de intervenções por parte do poder público. Além disso, vale ressaltar que a quantidade foi delimitada com base no tempo hábil para formulação dessa pesquisa, objetivando um aprofundamento da mesma através da amostra.

A análise de resultados será realizada com base na metodologia de análise de conteúdo, que segundo a autora Bardin (1977) é um método interpretativo e investigativo utilizado para desvelar significados subjetivos e implícitos em discursos. Focando não apenas no que é dito, mas também além do óbvio, nas metáforas e contextos culturais que permeiam a comunicação, essa metodologia exige uma exploração aprofundada das camadas estruturais do material de estudo.

Além disso, foi utilizada a divisão de categorias de análise como método de melhor identificar as entrelinhas de discurso. A análise categorial é utilizada para descrever as principais etapas. Dentro do conjunto de técnicas da análise de conteúdo, conforme afirmado por Bardin (1977), a análise categorial é considerada a mais antiga e, na prática, a mais prevalente. Esta, opera por meio da subdivisão do texto em unidades (decomposição), que posteriormente são agrupadas em categorias. Essas etapas envolvem processos de classificação e contagem, levando

em consideração a frequência de presença (ou ausência) dos elementos de significado. Desse modo, o autor Moraes (1999, p. 6) ainda pontua

Os dados não falam por si. É necessário extrair deles o significado. Isto em geral não é atingido num único esforço. O retorno periódico aos dados, o refinamento progressivo das categorias, dentro da procura de significados cada vez melhor explicitados, constituem um processo nunca inteiramente concluído, em que a cada ciclo podem atingir-se novas camadas de compreensão.

Nesse sentido, para coleta de dados em campo foi utilizada a técnica de entrevista com os respectivos indivíduos da amostra, para Gil (2008) “a entrevista por pautas apresenta certo grau de estruturação, já que se guia por uma relação de pontos de interesse que o entrevistador vai explorando ao longo de seu curso. As pautas devem ser ordenadas e guardar certa relação entre si”. Ou seja, visa realizar perguntas para os sujeitos afim de obter os dados que interessam para investigar tal realidade.

Sendo assim, se utilizará de uma entrevista semiestruturada aplicada igualmente para os entrevistados, que será subdividida em categorias de análise, sendo elas:

- Categoria 1: Moradia
- Categoria 2: Ocupações irregulares
- Categoria 3: Lutas sociais

Vale ressaltar que foi mantido o sigilo dos entrevistados conforme os princípios éticos desta pesquisa em consonância com o termo de concordância de livre esclarecimento devidamente assinado por eles, portanto, serão utilizados os codinomes escolhidos pela pesquisadora para melhor representar os sujeitos da pesquisa, são os nomes: Bruno, Aurora e Olívia.

Abaixo está explanado os dados de cada entrevistado conforme foi identificado no momento da pesquisa, para melhor categorização dos sujeitos foram levantadas características individuais sendo elas: idade, gênero, área qual representa e tempo de liderança.

TABELA 1 – Dados de identificação dos sujeitos de pesquisa

Entrevistado	Idade	Gênero	Área	Tempo de Liderança
Bruno	49	Masculino	Parolin	20 anos
Aurora	42	Feminino	Tiradentes	6 anos
Olívia	47	Feminino	Santos Andrade	5 anos

Fonte: Dados coletados, 2023.

4.2.1 Categoria moradia

A primeira categoria a ser analisada na presente pesquisa diz respeito a moradia, com as discussões discurridas até aqui se pode contextualizar a moradia como elemento fundamental da questão da habitação em ocupações irregulares. Sendo assim, foi indagado aos três entrevistados as seguintes perguntas de investigação da realidade:

I) O que você entende por moradia?

II) Qual a importância da moradia para as famílias da ocupação?

Bruno, entrevistado do gênero masculino tem 49 anos e reside na ocupação localizada no bairro Parolin desde que nasceu. Ao ser convidado para a pesquisa demonstrou conhecer a fundo a história do local, sendo liderança da comunidade a 20 anos, comentou que ficaria satisfeito em contribuir com seus conhecimentos. A entrevistadora ao realizar a primeira pergunta recebeu a resposta de imediato com apenas uma palavra: *dignidade*. Com essa afirmação objetiva feita por ele cabe rememorar a questão da moradia digna ou adequada.

[...]Uma moradia adequada tem que oferecer uma proteção contra o frio, a neve, as intempéries, as chuvas e o calor excessivo: tem que proteger a pessoa. Mas também, uma moradia adequada é aquela que está ligada a

uma infraestrutura. Portanto, tem que necessariamente oferecer para quem mora nela, condições de acesso a água segura, de esgoto e de lixo. Ao mesmo tempo, não pode estar num sítio numa situação contaminada, poluída, ou seja, tem que estar num lugar limpo, com ar limpo, etc. a partir dela deve ser possível, também, acessar uma rede de equipamentos de saúde, de educação, de cultura, que permita a família que mora ali naquela moradia as possibilidades de desenvolvimento econômico, de desenvolvimento social. (ROLNIK, 2011, p. 39)

Rolnik (2011) em seus apontamentos acima corrobora com o pensamento de Bruno ao responder a segunda pergunta. Quando questionado a respeito da importância da moradia para as famílias o entrevistado apontou

Bruno: *eh assim... pra comer você dá jeito, pra beber você dá jeito, mas quando você tem uma moradia fica tudo mais fácil, então a moradia, a moradia é o básico de tudo pras famílias, sabe?! Então é longe de enchente, longe de esgoto, longe de tudo. Quando tem uma moradia você começa a ter uma vida digna de verdade, uma moradia digna te traz, o resto vem tudo. Vem a saúde, vem tudo. Quando cê tem um porto seguro pros filhos, cê pode ter teu filho, cê sabe que não vai alagar ter perigo de incêndio por furto, de roubo, de água, de luz, não vai faltar água né? Então a gente dá uma moradia você começa a ter dignidade, aí você começa dali da porta pra fora acertar a sua vida.*

A segunda entrevistada Aurora tem 42 anos e é do gênero feminino, é liderança da ocupação Tiradentes localizada no bairro CIC a pelo menos 6 anos. Ao ser indagada do que se constitui moradia em sua concepção ela respondeu de forma sucinta “é ter um terreno, é saneamento básico, legalizado e um documento de posse”. Sendo assim, explicita-se que a entrevistada tem a visão da importância de ter uma documentação que legaliza um terreno no nome do proprietário.

Já a terceira entrevistada é a Olívia, de 47 anos do gênero feminino, e que está a 5 anos como liderança da área Santos Andrade. Ela aponta a seguinte fala sobre o tema

Olívia: *pra mim a moradia é a porta de entrada pra educação, pra saúde né? Sem moradia a gente não tem nada né, na verdade sem moradia fica perambulando pra cá e pra lá, então a moradia é uma base né de uma família.*

Nesse sentido, Costa (2020) disserta sobre como é compreendido um terreno legalizado nas bases fundiárias

Um imóvel urbano, para ser regular, precisa estar em perímetro definido como urbano pela legislação municipal – Plano Diretor ou Lei de Perímetro Urbano

– e possuir uma área mínima. A fração mínima de um imóvel em zona urbana é chamada de lote. A área mínima do lote pode ser definida pela legislação municipal ou, caso essa não exista, deve atender ao estabelecido na legislação federal. Todo lote tem que ter acesso à via pública e deve ser dotado de infraestrutura urbana. (COSTA, 2020, p.12)

Todavia, a titulação de um lote implica também sobre o acesso a água tratada, saneamento básico, vias asfaltadas, preservação do meio ambiente, logo está diretamente relacionada a moradia adequada. Sendo assim, apesar das respostas de cada um possa uma abordagem diferentes, ainda são complementares no que diz respeito da forma que entendem como constitui-se uma moradia.

Ao ser feita a segunda pergunta a Aurora, sobre a importância da moradia para as mais de 400 famílias que habitam aquela ocupação, ela afirmou objetivamente “*é um sonho de vida. É um sonho de todos aqui que lutam por uma moradia digna*”. Quando falamos em habitação, não é incomum as pessoas falarem de sonho, essa frase é utilizada diversas vezes em anúncios de mercado para venda de imóveis com intuito de vender “esse sonho”, aqui cabe a análise que na fala da entrevistada ela pontua que o imóvel próprio só é possível para pessoas de baixa renda através da luta.

4.2.2 Categoria ocupações irregulares

A segunda categoria de análise visa a investigação de como se dá o processo da ocupação irregular, bem como, as dificuldades que perpassam as famílias que vivem nessa condição e o que desejam do poder público para o futuro de suas habitações. Para tanto, foram elaboradas as seguintes perguntas a respeito do tema:

- I) Qual foi a principal motivação das famílias para iniciar a ocupação deste local?
- II) Quais são as dificuldades de habitar esta ocupação? Já ocorreram despejos?
- III) O que as famílias ocupantes esperam a partir da ocupação? Regularização ou reassentamento?

O primeiro entrevistado ao ser indagado sobre o motivo pelo qual as famílias ocuparam aquele local contextualizou a história do nascimento da ocupação, que foi uma das primeiras constituídas na cidade de Curitiba. Segundo ele:

Bruno: *Então, o Parolin ele deve ter uns sessenta anos, era uma fazenda, uma família chamada Parolin eles tinham um zanholo, era uma madeireira, que que eles fizeram? Eles trouxeram famílias do norte do Paraná pra trabalhar na Madeireira. Pra trabalhar, pra minha mãe foi uma delas. Olha... veio do Norte do Paraná, de uma cidade chamada Marialva e veio trabalhar na Madeireira. Que que aconteceu? Chegou no do ponto faliu a madeireira. As famílias que vieram olharam pra baixo e viram aquele terreno e começaram a ocupar. Então como é o nome o nome da primeira ocupação foi Favela do Valetão que foi em volta de um valetão. As que famílias trabalhavam na Madeireira invadiu tudo e aí foi aí minha mãe invadiu trouxe minha irmã dela trouxe a avó dela aí se transformou num grande numa grande invasão começou a chamar Invasão do Valetão. E só depois que daí. Depois que conforme foi crescendo, foi começando a mudar.*

Nesse contexto, nota-se no discurso que as famílias ao não possuírem trabalho remunerado com a falência da fábrica, ficaram sem fonte de renda e sem moradia. Como saída decidiram construir suas próprias habitações num local sem uso da terra, que por sua vez era próximo de onde já haviam constituído suas vidas nos arredores da fábrica. Assim também iniciaram outras ocupações no mesmo período, com o êxodo rural e diversas famílias migrando para a capital com uma nova perspectiva de vida.

Vale ressaltar que desde os anos 1970 foram realizadas diversas intervenções nesse bairro e propriamente nessa ocupação, porém grande parte de loteamentos não foram regularizados. Dessa forma, há diversas famílias que foram atendidas pela COHAB-CT no governo de Requião, mas retornaram à ocupação por não conseguirem arcar com o valor financiado de empreendimentos, além de passarem a residir em locais muito afastados com difícil acesso ao centro da cidade.

Na década de 1960 existiam no bairro terras desocupadas pertencentes à prefeitura, que foram sendo ocupadas por famílias vindas do interior do estado, na maioria agricultores expulsos do campo. Esta tornou-se uma das maiores áreas de ocupação espontânea da cidade, a Companhia de Habitação Popular – COHAB iniciou um projeto de erradicação de 22 áreas de ocupação na cidade, criou o Conjunto Habitacional Nossa Senhora da Luz dos Pinhais, foram 124 casas para 507 pessoas que, devido à distância do centro, muitas acabaram por retornar ao Parolin. (GONÇALVES, 2016, p. 19)

A entrevistada Aurora em sua resposta sobre o questionamento da primeira pergunta enfatiza que buscava pela casa própria, ela então continuou a responder:

Aurora: *com o pessoal fugindo do aluguel. Eh pessoas que moravam na casa de parentes, moravam de favor. Pessoas que veio de outro estado, que ficou sabendo da ocupação e veio tentar, né? Uma moradia também e assim*

começou a ocupação. E assim começou. Eu morava com três famílias também, num terreno só. Aí eu resolvi conseguir tentar conseguir o meu né?

Como discutido anteriormente, o adensamento familiar em domicílio é um dos indicadores de déficit habitacional, há residências que não comportam o número de pessoas que residem nela, assim a coabitação no Brasil segundo os dados do IBGE de 2020 chega a 1.358.374 de moradias.

Então, a entrevistada Olívia também aponta o fator de não haver outra saída para as famílias de baixa renda de ter acesso a moradia, então são condicionadas a ocupar um loteamento. Segundo ela:

Olívia: *As famílias eh... as famílias vieram morar na ocupação porque infelizmente com o salário mínimo hoje não se vive né fia, muitos vivem de reciclagem, nem um salário não tem aí. Não por opção, mas são obrigados memo a morar ali tendeu? Não tem outra opção pra eles né, é o que restou pra eles entendeu, não tem outra coisa pra eles fazer além de vir pra ocupação.*

Referente ao segundo questionamento, os principais apontamos se deram na questão da falta de saneamento básico, luz, água e demais serviços essenciais para habitabilidade. As respostas de Bruno e Aurora foram respectivamente:

Bruno: *questão assim de ah de não ter estrada, não ter esgoto, essas coisas. Justamente isso, por exemplo, eu nasci lá, a maior dificuldade minha como criança, minha como adolescente, não tinha uma área de lazer, não tinha o saneamento básico, não tinha água encanada, até hoje, hoje a gente ainda mora num numa parte da comunidade, dentro do centro da cidade que é conhecida como a capital do saneamento básico e eu tenho mais de duzentas famílias que ainda (fazem suas necessidades) no penico. É, não tem saneamento básico, a gente vive com cano de água emprestado ainda. A gente vive com um poste luz que emprestada que dá luz pra mais de vinte pessoas, mais de cem pessoas na verdade. Por quê? Porque o desenvolvimento está demorando a chegar em nós. Por isso que a gente fica brigando todo dia por moradia. Por exemplo assim, respondendo a sua pergunta a gente quer ter água, a gente quer ter luz, entendeu? A gente quer ter asfalto, a gente quer que as pessoas não olhem pra gente como dó, ah aquela favela, achar que só roupa, comida vai mudar a vida da gente quando você tem um bairro urbanizado, com moradias digna, tudo as pessoas vê a gente como cidadão.*

Aurora: *Saneamento básico. Principal dificuldade né? Principal, mas não só isso, tem muita coisa difícil*

Segundo os dados do IBGE⁹ de 2021, dentre a população da cidade de Curitiba de 3.675.991 de pessoas, 75.033 apontaram não ter acesso a água tratada, enquanto 453.861 não possuem coleta de esgoto e 179.552,11 não tem esgoto tratado. Esse cenário é encontrado em sua maioria nas ocupações irregulares, tendo em vista que são áreas sem urbanização fora das áreas de intervenção da Lei do Perímetro Urbano. O não acesso ao saneamento básico faz com que essa população viva em situação de vulnerabilidade a doenças que podem levar ao adoecimento grave e até a morte.

Outro ponto a ser destacado na fala de Bruno é a respeito da relação da moradia com a cidadania, segundo o Instituto Cidadania (2000, p. 9) “A [...] Moradia parte da convicção de que o acesso à moradia digna é condição básica de cidadania” pessoas que vivem em ocupações irregulares são constantemente impedidas de exercerem sua cidadania a partir do momento que fecham-se portas quando a sociedade toma conhecimento de onde habitam, chegando a serem criminalizados em alguns contextos. Segundo Nobre (2014)

Além da criminalização das ações de ocupação existe a associação entre pobreza e criminalidade o que reforça a ideia de que a ação praticada pelos sem-terra e sem-teto (que geralmente são pobres) corresponde a uma ação criminosa. É dessa forma que, muitas vezes, a criminalização dos movimentos sociais pelos agentes hegemônicos é acompanhada da violência institucionalizada. (NOBRE, 2014, p.6)

Nesse sentido, a continuidade da segunda pergunta a respeito de ordens de despejo corrobora com o que Nobre (2014) pontuou acima, assim, a entrevistada Aurora responde que houveram três tentativas de despejo quando indagada sobre estas ações ocorridas na trajetória da ocupação. Ela ainda dá continuidade:

Aurora: *Ah a gente fez protesto, tentamos conversar com o dono (do loteamento) fomos pra prefeitura, tentar diálogo, pro governo tentar diálogo, a gente fez várias ações.*

⁹ Os dados de saneamento do Brasil e da cidade de Curitiba pode ser consultado no site oficial governamental de saneamento básico no link: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade/evolucao?id=411>.

Durante a pandemia da covid-19¹⁰ ocorreram diversas tentativas de despejo de ocupações de diferentes áreas de Curitiba, fato citado por Aurora, nesse cenário iniciaram manifestações e manifestos liderados pela frente intitulada 'Despejo Zero', o que culminou na lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021 que estabeleceu "medidas excepcionais em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (Espin) decorrente da infecção humana pelo coronavírus SARS-CoV-2, para suspender o cumprimento de medida judicial, extrajudicial ou administrativa que resulte em desocupação ou remoção forçada coletiva em imóvel privado ou público, exclusivamente urbano". (BRASIL, 2021)

Em relação à última pergunta desta categoria, foi questionado aos entrevistados acerca dos objetivos das ocupações, se o que demandavam do poder público era uma ação de regularização de loteamentos ou o reassentamento para um empreendimento novo em outro local. Os entrevistados Aurora e Bruno tiveram a mesma resposta conforme descrito a baixo.

Bruno: *Então, na verdade as famílias querem o que? O que move a economia do meu bairro é reciclagem. Tá? Então quando cê tira uma família dali, bota ela do outro lado da cidade, ela começa a passar por passar necessidade e volta. Por quê? Porque aqui é muito central. Mas uma parte da sociedade não quer mais ali. Né? Porque também quer nós mais longe. Só que pra nós o sonho da minha mãe falecida mãe, muitas pessoas que morreram e pessoas que estão lá hoje é ter uma garantia de ser legalizado ali, no lugar da gente, entendeu? A gente quer ter legalizado, poder ter um documento, já é meu, só mais um invasor. Ah, que aquela favela, aquela invasão, não, a gente quer ser proprietário. E a comunidade não se importa de pagar. Eles só querem ter a oportunidade adquirido*

Aurora: *Queremos a regularização aqui, pra ficar aqui nesse lugar que já temos nossas vidas nossas casas, tudo certo já. Falta só os documentos.*

No que tange a regularização fundiária, no ano de 2017 o governo federal aprovou a lei chamada REURB de nº13.465, visando a regularização jurídica de loteamentos irregulares que são passíveis da efetivação de ação regularizadora. Na cidade de Curitiba em 2022 foi implementado o decreto nº 1488 para a aplicabilidade desta lei no município. Segundo a cartilha da REURB formulada pelo Ministério das Cidades (2017, p.3)

¹⁰A Covid-19 é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2. A evolução dos casos levou a OMS (Organização Mundial da Saúde) a decretar pandemia em março de 2020. Já existem ao menos dez tipos de vacinas disponíveis, tanto para adultos quanto para crianças.

De acordo com a Lei nº 13.465, de 2017, a REURB é o conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais destinadas à incorporação dos núcleos urbanos informais ao ordenamento territorial urbano e à titulação de seus ocupantes [...] Titulação é o processo de reconhecimento dos direitos dos ocupantes de, dentre outros, permanecer com sua edificação no local ocupado. Mas para que estes títulos tenham validade no mundo das leis (gozem de segurança jurídica), é preciso que sejam registrados no cartório de registro de imóveis, conforme determina o Código Civil brasileiro.

Nesse sentido, a luta pela regularização fundiária das ocupações irregulares agora pauta-se nas leis vigentes para finalmente conquistarem a titularização de seus loteamentos. Vale ressaltar que, a REURB tem a modalidade de interesse social denominada REURB-S e a de interesse específico a REURB-E. A primeira se aplica a famílias com até 3 salários mínimos que habitam o local a mais de cinco anos, que seria o perfil das ocupações a serem discutidas aqui.

Em suma, com o respaldo da lei para a possível regularização dos loteamentos e urbanização destas áreas, as famílias seguem lutando para conquistar tais questões. Como a REURB é ainda nascente na cidade, não se pode mensurar quando será possível a análise de aplicabilidade da mesma nessas localidades.

Contudo, a resposta de Olívia foi dessemelhante das demais, segundo ela:

***Olívia:** regularização ou reassentamento? Os dois cabe ali né fia, para as famílias tendo uma moradia tendo um lugarzinho pra eles morar, pra eles não tem diferença entendeu?! Tanto faz.*

Nesse caso, a pesquisadora conhecendo a realidade dessa ocupação em questão, entende que esse posicionamento se dá pela precariedade que encontram-se as moradias dessa comunidade, diferente das demais que já são consolidadas e com boa infraestrutura de domicílios, esta possui moradias em situação de risco por serem feitas de materiais não duráveis e suscetíveis a diversos problemas como goteiras, aberturas que permitem entrada de animais e demais problemas já apontados pelos moradores.

4.2.3 Categoria lutas sociais

Nesta categoria discutiremos a respeito da importância das lideranças comunitárias nas comunidades de ocupação irregular, bem como, o papel dos

movimentos sociais por moradia e suas intervenções nessa luta. Por fim, será tratado a respeito de ocupações irregulares como forma de lutar pela moradia e outras formas de exercer pressões sobre o governo. Nesse sentido, foram elaboradas as seguintes perguntas norteadoras

- I) Como se configura a atuação da liderança como representante das famílias na luta por moradia?
- II) Esta ocupação tem apoio ou intervenção de algum movimento social?
- III) Qual o papel da ocupação na luta por moradia? Além da ocupação, as famílias exercem outra forma de mobilização como manifestações e reuniões com o poder público?

Tendo em vista a primeira pergunta acima, os sujeitos da pesquisa responderam respectivamente:

Bruno: *A liderança ela não é você querer. Ela tem que vir de dentro, a liderança tem que ser na de mudança assim, entendeu eh um belo dia um belo dia você sai pra fora da tua casa e vê que as coisas tem que mudar que aquele olhar de pena que as pessoas só tinham pena da gente as pessoas só achavam que a gente só precisava do básico sobreviveram daquela comunidade e um belo dia eu abri a porta e falei, não, a gente precisa viver bem conforme eles vivem bem lá também, com dignidade, com saneamento básico, com asfalto.*

Aurora: *Ah é luta por todos. Você é representante assim dá voz pra todos, eu sou a presidente da associação de moradores. E meu sonho é regularizar esse lugar, também o sonho é de todos aqui em comum. É conseguir a posse!!!*

Olivia: *Sempre tá lutando por moradia né, sempre lutar por melhoramento. É... uma ponte quebrou a gente vai lá corre atrás pra arrumar, a gente sempre fala sobre o lixo na rua, sobre os ratos, sobre as baratas, que não pode deixar lixo né. Sempre buscando morando moradia, sempre buscando melhoramento, a TETO já veio aqui já construiu 11 casa, sempre buscando moradia.*

Analisando as falas acima, nota-se que as lideranças sentem-se representantes dos interesses dos moradores das áreas, de forma que são responsáveis pelos diálogos com os representantes governamentais, pelas mobilizações e organização geral das ocupações. Sendo assim, é válido ressaltar a

importância de uma figura de uma líder para interlocuções entre comunidade, poder público e movimentos sociais. (NASCIMENTO, 2006)

Quando questionado referente à segunda pergunta, que trata-se da relação e intervenção de movimento sociais junto as ocupações irregulares apenas Aurora apontou que tem apoio e coligações com dois movimentos de Curitiba

Aurora: Sim, tem o MPM movimento popular pra moradia, tem também o IDP Instituto de Democracia Popular que faz a nossa defesa nos processos.

O Movimento Popular por Moradia (MPM) atua em Curitiba na articulação com ocupações irregulares, além de organizar ocupações de imóveis vazios como forma de luta pelo direito à moradia. Segundo o site oficial do MPM¹¹

O MPM – movimento popular por moradia – é uma organização de trabalhadores sem-teto que luta pela Reforma Urbana e busca uma solução para o grave problema da moradia em Curitiba e Região Metropolitana. Hoje são mais de 85 mil famílias que aguardam na fila da COHAB por uma moradia digna, sendo mais de 90 mil imóveis vazios. Uma tal situação merece uma intervenção política contundente e organizada para acordar as autoridades públicas e o povo que tanto sofre nas periferias da cidade. Por isso ocupamos imóveis vazios por entender que o nosso direito constitucional à moradia está acima da propriedade privada de especuladores que as mantêm vazias com o intuito de elevar o preço do aluguel por retenção da oferta. Ocupar imóveis vazios é ampliar o acesso à moradia digna. (MPM, 2023)

O outro movimento citado pela entrevistada, o Instituto de Democracia Popular (IDP)¹² se constitui na realidade em uma organização de advogados trabalhistas que se uniram em 2013 a luta Ribeirão dos Padilhas contra o realocamento de famílias que queriam permanecer residindo no local. Assim, esta organização apoia e auxilia juridicamente as ocupações, tal como nas questões trabalhistas de moradores destes locais.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de movimentos por moradia na luta pela moradia digna. Segundo Iamamoto (2000), as lutas em questão quebraram a hegemonia das relações de propriedade privada entre o capital e o trabalho. Isso foi além do âmbito meramente social, adentrando a esfera pública e demandando a intervenção do Estado. Isso foi necessário para garantir o reconhecimento e a

¹¹ Site oficial do MPM: <https://mpmcuritiba.wordpress.com/>

¹² Site oficial do IDP: <https://www.democraciapopular.org.br/quem-somos>

formalização dos direitos e responsabilidades dos indivíduos sociais que estavam envolvidos.

Outrossim, foi realizada a última pergunta para os entrevistados a respeito da questão das ocupações irregulares como uma forma de luta por moradia, e para entender se há outras formas de estratégias de lutar por esse direito. Desse modo, foi indagado para ambos “Qual o papel da ocupação na luta por moradia? Além da ocupação, as famílias exercem outra forma de mobilização como manifestações e reuniões com o poder público?”. Abaixo segue as respostas dos entrevistados

Bruno: *Quando invadimos ali é poque precisamos morar, e ali é um lugar que não tem função nenhuma, não tem aquela função da terra sabe? Então ocupamos ali pra ter e lutar por uma moradia digna. O principal jeito de conseguir uma moradia pra gente que é pobre é arrumar um lugar. Mas a gente também vai pra rua, pega ônibus vai pra porta do prefeito, pede reunião, vem na COHAB falar com as assistentes sociais. Porque quem não é visto não é lembrado né?*

Aurora: *A principal forma assim de luta por moradia hoje? Posso dizer que sim. Sempre organizando da melhor forma possível é a melhor forma hoje certo? E atualmente a gente tá conversando com o dono da área, que ele sinalizou que quer doar pra associação de moradores. A gente já tá em tratativas quanto a isso, estamos esperando. Agora a gente tem uma reunião dia dezessete mais uma reunião, de conciliação pra ver a melhor forma de passar nessa documentação do dono direto pro nome da associação. A gente já vai tentar uma possível regularização.*

Nesse íterim, compreende-se a partir das entrevistas que a principal forma de luta pela moradia segundo as lideranças é a ocupação irregular, que faz com que ao mesmo tempo seja uma forma de pressão ao poder público para atender essa demanda por moradia das famílias, ainda faz valer a lei do uso do solo, bem como, provê uma moradia sem custos para essa população que não tem alternativas de habitar outros locais que necessitam do pagamento exorbitante de aluguel ou financiamento.

As ocupações consistem em reflexo das desigualdades sociais onde a ocupação de imóveis a longo tempo abandonados corresponde a estratégias de sobrevivência e acesso a moradia. Ademais, chama-se atenção, ao fato de que por vezes tais imóveis encontram-se em desuso aguardando valorização imobiliária, o que contrapõe a função social da terra. Assumpção e Schramm (2013) apontam que as ocupações se desenvolveram em meio aos movimentos sociais, que de forma coletiva adentram os imóveis, terrenos e prédios em estado de abandono, não se contentando de esperar por uma solução do Estado. (SOUZA, et. al, 2018, p. 9)

Portanto, o crescente número de ocupações irregulares em todo Brasil, pode ser considerado como a estratégia que famílias em situação de vulnerabilidade financeira encontraram para ter uma habitação e comitadamente lutar pelo direito à moradia digna, pressionando os governos a encontrarem soluções para o problema habitacional. Essa luta respalda-se como citado, nas leis vigentes sobre o uso da terra e do imóvel, além de colocar em questão a pauta de reforma urbana e o direito a cidade.

4.3 BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO DA PERSPECTIVA DO SERVIÇO SOCIAL SOBRE A LUTA POR MORADIA

Abordar o tema luta por moradia sob a perspectiva do Serviço Social implica pautar-se na teoria social crítica, considerando a relação de classes e a dinâmica da sociedade capitalista. Nesse sentido, cabe uma breve contextualização da visão profissional do assistente social sobre a luta por moradia, bem como a atuação do mesmo frente a essa questão. O autor Netto (1989) explicita sobre a teoria social crítica

[...] esta reflexão teórica não se propõe como matriz ideal, modelo intelectual ou paradigma de explicação do real; ela se instaura como reprodução ideal do movimento real do próprio ser [...] no nível da razão [...] esta teoria articula-se sobre a perspectiva da totalidade: a sociedade é apreendida como uma totalidade concreta, dinâmica e contraditória, que se constitui de processos que, eles mesmos, possuem uma estrutura de totalidade –de maior ou menor complexidade. (NETTO, 1989, p. 92-93)

Em 1966 o Serviço Social inicia sua atuação na política de habitação, através do Trabalho Social nos projetos habitacionais, principalmente dentro das COHABs. O assistente social então dá início a atuação nessa política ao passo que o problema habitacional se constitui como uma expressão da questão social¹³. Assim, esse profissional passa a atuar na garantia de direitos da população em vulnerabilidade de

¹³ Conjunto de expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade. (IMAMOTO, 1998, p.27)

moradia, envolvendo os próprios usuários nesse processo de acesso às políticas de habitação popular e promovendo a emancipação social dos mesmos.

a habitação se constitui no problema social para a força de trabalho no contexto da super exploração que tem caracterizado o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, coma retirada do salário do valor respondente por uma habitação que abrigue o trabalhador e sua família, obrigando-o a lançar mão de estratégias variadas, e, sobretudo precárias para se reproduzir como força de trabalho, e o que representa, interesse para a reprodução e ampliação do capital. (SILVA, 1989, p. 34)

Ademais, urge a importância do Serviço Social de atuar frente a expressão da questão social do não acesso a moradia junto aos usuários e aos movimentos sociais. Como já pontuado, o assistente social tem sua atuação implementada na política habitacional no ano 1966, entretanto na COHAB-CT apenas em 2001, comitadamente ao Estatuto das Cidades. Nesse sentido, este profissional passou a atuar na regularização fundiária, bem como, no reassentamento de ocupações irregulares através de projetos habitacionais.

Tais projetos, são não só executados, mas também formulados, avaliados e acompanhados pelos assistentes sociais, perpassando por todas as etapas até o pós-reassentamento. Sendo assim, estes profissionais atuam na “ponta”, pois possuem uma relação direta com os usuários de serviço, que aqui se constituem na população que luta por uma moradia digna.

Desse modo, o Código de Ética do Assistente Social, estabelecido em 1993, delineia o panorama da profissão. Ele propõe um compromisso profissional em assegurar os direitos sociais dos usuários, bem como garantir condições laborais para esses profissionais, que devem se engajar em uma luta em prol da profissão e da classe trabalhadora. Isso visa a uma atuação profissional alinhada com as diretrizes do Código, visando à promoção da qualidade de vida dos usuários. No âmbito habitacional, o Assistente Social não apenas assegura a habitação, mas também viabiliza a disponibilidade da estrutura essencial para a residência e a mobilidade social do usuário e sua família. Nesse contexto, lamamoto disserta

[...] indica um rumo ético-político, um horizonte para o exercício profissional. O desafio é a materialização dos princípios éticos na cotidianidade do trabalho, evitando que se transformem em indicativos abstratos, deslocados do processo social. Afirma, como valor ético central, o compromisso com a parceria inseparável, a liberdade. Implica a autonomia, emancipação e a

plena expansão dos indivíduos sociais, o que tem repercussões efetivas nas formas de realização do trabalho profissional e nos rumos a ele impressos. (IAMAMOTO, 2008, p. 77).

Conforme destacado por Diniz e Paz (2018), o principal desafio do Trabalho Social é na garantia das condições para acessar políticas, direitos e se envolver de maneira participativa no espaço público. Nesse contexto, a abordagem estratégica do trabalho social relacionado à habitação de interesse social deve se concentrar na coordenação das iniciativas que visam aprofundar a democracia, na colaboração com os movimentos sociais da classe trabalhadora e na elaboração de um conjunto de atividades de natureza socioeducativa.

Essas ações têm como objetivo promover a mobilização e a organização dos indivíduos envolvidos. A participação desempenha um papel central, pois busca fomentar a construção e a consolidação da cidadania com a capacidade de expandir-se para as batalhas mais amplas na sociedade em geral (DINIZ; PAZ, 2018, p. 12). Desse modo, a atuação do assistente social nos espaços sócio-ocupacionais de habitação não esvazia-se apenas no trabalho em instituições, mas diretamente com as ocupações irregulares.

A atuação profissional junto aos movimentos de moradia pode ou não estar vinculada a um projeto ou intervenção específica, de provisão ou requalificação de imóvel. Ela também pode ser de assessoramento técnico direto nas ocupações. O que nos leva a pensar sobre os tempos, o lugar da ação e a correlação de forças deste campo, bem como nas disputas internas e externas e suas interações dentro e fora do movimento. (FIDÉLIS; GUSMÃO, 2020, p.221)

Logo, entende-se que o Serviço Social deve permanecer a atuar na garantia de direitos dos usuários que lutam por uma moradia, mesmo quando estão dentro de instituições capitalistas, utilizando estratégias e conhecimentos adquiridos em seu processo de formação profissional em consonância com as dimensões ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo da profissão.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Por fim, o Serviço Social atua nas políticas públicas sociais, e nesse contexto na política habitacional, com o importante papel de viabilização do direito à moradia, podendo ser formulador e gestor de projetos dentro dessa política. Portando, com a responsabilidade de articulação com os usuários para a efetivação da luta através de seu posicionamento profissional, baseado na perspectiva crítico dialético da totalidade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Perpassando as tratativas percorridas nesta monografia a respeito da questão habitacional do Brasil e suas nuances de luta, nos deparamos com a realidade histórica do não acesso a moradia digna dos grupos periféricos da sociedade. No processo histórico brasileiro de construção do território, percebe-se que se deu de forma desigual, oportunizando a terra e moradia para as elites de cada período e expropriando os demais sujeitos menos abastados.

Assim, com o nascer das políticas voltadas à habitação, o Estado passa a intervir com programas de financiamento de moradias a partir de fundos específicos, porém essas intervenções tinham viés mercadológico, deixando o social em segundo plano, favorecendo assiduamente apenas empresas de construção de imóveis, empreiteiras e demais mercados de habitações.

Dessa forma, os movimentos sociais por moradia então surgem com a revolta da população sem acesso a habitação, na ânsia de lutar por esse direito que é o mínimo para viver. Tais movimentos foram imprescindíveis para criação de políticas habitacionais, ao passo que as pressões, ocupações e manifestações feitas por esses grupos levaram o poder público pensarem estratégias para um crescimento urbano pensando na questão social de pessoas sem domicílio.

A criação do Programa Minha Casa Minha Vida (2009) foi um avanço notável na política habitacional, de forma que oportunizou que diversas famílias tivessem sua casa própria a partir de financiamentos de valores acessíveis para a classe baixa renda da sociedade. No entanto, ainda esse programa não teve resultados eficientes no enfrentamento do déficit habitacional, pois a quantidade de moradias produzidas está longe de responder a demanda do déficit. Todavia, vale ressaltar que esse programa dentre os anteriores mais construiu moradias para a população de pouca renda.

Nesse sentido, com a ineficiência do Estado na resolução do problema habitacional do Brasil, milhares de pessoas passaram a ocupar loteamentos vazios e empreendimento desocupados como forma de pressionar o poder público na questão de moradia. Essas ocupações surgem como uma forma de luta, ao mesmo tempo que é a única saída dessa população ter um teto. Porém, as famílias que vivem nessas ocupações muitas vezes estão em situação de extrema vulnerabilidade, como

Maricato (2000) aponta, muitas delas se encontram em locais de risco como próximo a rios, vales, em baixo de cabos de alta tensão entre outros.

Além disso, os locais ocupados não possuem acesso a água tratada, esgoto, coleta de lixo, luz e demais serviços urbanísticos, afetando diretamente a qualidade de vida dessas famílias que vivem em vulnerabilidade. Locais sem saneamento básico são de risco saúde, deixando essa população suscetíveis a doenças que vão de leves até outras que podem levar a morte. Por isso, não podemos dizer que este grupo vive dessa maneira por escolha, mas foram condicionados a essa realidade, como saída para não viverem em situação de rua.

Através das entrevistas de campo apresentadas nessa pesquisa, nota-se que há duas situações que as ocupações irregulares se encontram. Parte das lideranças entrevistadas ressaltam que o desejo das famílias ocupantes é a regularização fundiária, questão tratada nessa monografia no terceiro capítulo, a REURB em Curitiba por sua vez proporciona a urbanização dessas áreas, levando água tratada, luz, saneamento básico e demais serviços para as moradias autoconstruídas por eles, além de fornecer o direito a titulação do lote e serviços públicos acessíveis.

Outra parte das lideranças questionadas aponta a necessidade de um reassentamento das famílias, pois muitas vezes vivem em lugares distante, em situação de vulnerabilidade, sem acesso a qualquer serviço e equipamentos públicos. Ademais, outro fator que condiciona essa população ao realocamento, é a situação de risco que vivem já discutida aqui, ou até áreas de preservação ambiental protegidas por lei, que impedem a habitação desses locais.

A problemática por traz do reassentamento é muitas vezes a escassez de recursos públicos para a construção de novas moradias, alguns empreendimentos construídos a partir do PMCMV foram destinados a essa população reassentada, porém um número pouco expressivo comparado com as necessidades reais de moradia. Já o Programa Casa Verde e Amarela não voltou nenhum dos empreendimentos para esse público, priorizando apenas financiamentos para classes mais altas.

Portanto, para os cofres públicos é mais vantajoso a regularização de loteamentos por demandar de menos recursos e ser mais simplificado, porém deve-se compreender as necessidades e especificidades de cada ocupação para então responder suas demandas de forma efetiva, garantindo seus direitos de forma integra.

Outra questão que deve ser considerada e amplamente discutida aqui, é o fator da moradia digna, esta que não é apenas uma estrutura de quatro paredes e um teto que protege da chuva e sol, mas um local que provê segurança para os habitantes, que possua infraestrutura suficiente e durável, que tenha todos os serviços públicos implantados como luz, água, saneamento básico e asfalto. Além de fácil acesso equipamentos públicos, lazer, transporte e uma segurança jurídica da titulação do imóvel. Portanto, as famílias das ocupações lutam pelo direito à moradia digna, tal direito que hoje os é negado.

O tema pertencimento territorial levantado aqui, também surge como uma tratativa relevante ao pensarmos moradia não apenas como o espaço físico, mas a relação entre o espaço e a identidade dos sujeitos presentes nos processos. Desse modo, o sentimento de pertencimento territorial e o laço que diversos grupos fazem com a dinâmica da área onde residem é fator fundamental na análise das ocupações irregulares, pois nos processos de reassentamentos as famílias são retiradas de um local onde já formaram suas relações e sua história e realocadas num outro local desconhecido onde teriam que começar uma construção de identidade do zero.

Portanto, é coerente que grande parte de moradores de ocupações desejem permanecer no local que já residem e prefiram a regularização, para assim ter os direitos de uma moradia digna e sobretudo manter suas relações já consolidadas com o espaço. Outro ponto que justifica essa preferência, é o fato de muitas das famílias que residem nesses locais sobrevivem da reciclagem, assim, quando acontece um reassentamento destes para um apartamento ou empreendimento são impossibilitadas de continuarem a separação de resíduos nesses domicílios, bem como, a acomodação dos carrinhos de recolhimentos dos recicláveis num local pequeno ou compartilhado.

Dessa forma, responde-se aqui ao nosso problema de pesquisa, que questiona a respeito de como se constitui a luta por moradia através de ocupações irregulares na cidade de Curitiba? As ocupações irregulares são consideradas não apenas como uma saída que as famílias sem moradia encontram de ter um domicílio, mas se configuram como uma forma de luta por moradia, ao passo que condiciona o poder público a dar respostas a essa questão.

A ocupação Xapinhai discutida nesse trabalho é exemplo que a partir do momento que há uma ação de ocupar um local público ou privado, o governo tende a

discutir medidas para resolução e apaziguamento dessa situação. Entende-se nesse contexto, que as pressões que o ato de ocupar incide sobre os representantes do Estado, excepcionalmente em Curitiba, é constituído como busca pelo direito à moradia digna, que efetivamente possibilita uma resolução.

Nesse íterim, compreendemos que a política habitacional na atualidade está longe de responder as demandas do déficit habitacional que hoje atinge mais de 5 milhões de pessoas, vale notar que os imóveis desocupados somam mais 11 milhões segundos os últimos dados do IBGE (2020), ou seja, não faltam moradias para resolução déficit. Sendo assim, questão da habitação no Brasil não se resume a falta de domicílios, mas vai além, pode ser entendido como um problema estrutural e intrinsecamente capitalista, pois no sistema que vivemos hoje a moradia é vista como mercadoria, esvaziando-se o entendimento como um direito humano mínimo para sobrevivência e dignidade.

Ademais, consideramos aqui que, tendo em vista o sistema econômico e social capitalista, a maneira possível de resposta a demanda de déficit habitacional é o investimento assíduo em políticas de habitação popular, somadas as demais políticas sociais, para que a população de baixa renda e em situação de vulnerabilidade tenha acesso a uma moradia digna.

Entendemos então, que a visão Serviço Social a respeito da luta por moradia é de garantir o direito dos usuários a uma habitação digna através das políticas habitacionais, atuando tanto no Trabalho Social, como junto ao assessoramento das ocupações irregulares. Esse profissional tem compromisso na defesa, proteção e disseminação de informação referente as ocupações, estando junto aos trabalhadores e a população em situação de vulnerabilidade nessa luta, utilizando seu conhecimento ético-político, teórico-metodológico e técnico-operativo para melhor responder a essa expressão da questão social.

Essa pesquisa, portanto, surge através da inquietude da pesquisadora a partir da vivência de estágio na COHAB-CT de entender a vivência das pessoas que vivem em ocupações e dar voz a sua luta por moradia. Dessa forma, contribui para a academia e poder público continuar a debater a respeito dessa questão que existe desde do início da história do país e ainda está longe de ter uma resolução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Gabriel Vieira Marx. **Políticas Habitacionais Brasileiras: uma avaliação do programa minha casa minha vida em suas duas edições**. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <<http://monografias.poli.ufrj.br/monografias/monopoli10004918.pdf>>.

ABEPSS. **Lei de Diretrizes Curriculares**. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Com base no Currículo Mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 8 de novembro de 1996. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

AZEVEDO, Sérgio. A crise da política habitacional: dilemas e perspectivas para o final dos anos 90. In. AZEVEDO, Sérgio de; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de (orgs.). **A crise da moradia nas grandes cidades – da questão da habitação à reforma urbana**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

AZEVEDO, Sérgio; ANDRADE, Luis Aureliano Gama de. **Habitação e poder – da Fundação da Casa Popular ao Banco Nacional de Habitação**. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1982.

BALBIM, Renato Nunes. **Do Casa Verde e Amarela ao Banco Nacional da Habitação, passando pelo Minha Casa Minha Vida**: Uma avaliação da velha nova política de desenvolvimento urbano. Texto para Discussão, No. 275, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), Brasília, 2022.

BARBOSA, Benedito; COMARÚ, Francisco. **Movimentos Sociais e Habitação**. Salvador, 2019. Disponível em <https://sp.unmp.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Movimentos_Sociais_e_Habitacao.pdf>.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONDUKI, Nabil. **Origens da habitação social no Brasil**. São Paulo: Estação Liberdade/Fapesp, 1998.

BRASIL. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social e institui o Conselho Gestor do FNNHIS.

BRASIL. **Lei nº 13.465, de 11 de julho de 2017**. Dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13465.htm>.

BRASIL. **Lei nº 14.216, de 7 de outubro de 2021**. Dispõe sobre suspensão de ações de despejo de caráter excepcional em razão da Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/lei/l14216.htm>.

BRUZIGUESSI, Bruno. **O legado da ditadura no processo de criminalização dos movimentos sociais**. Tempos Históricos, v. 18, 2014.

BOULOS, Guilherme. **Por que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto**. São Paulo: Editora Autonomia Autoritária, 2017.

CÂMARA, Rosana Hoffman. **Análise de conteúdo: da teoria à prática em pesquisas sociais aplicadas às organizações**. Brasília, 2013.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

COSTA, Fernanda Carolina da. **Regularização Fundiária**. Mossoró: Edufersa, 2020, n. 1, p. 1-40.

CURITIBA. **Companhia de Habitação Popular de Curitiba – COHAB-CT**. Departamento de Serviço Social, 2020.

DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da. **O trabalho social na política habitacional: a vitalidade do Serviço Social**. ENPSS: 2018.

ENGELS. Friedrich. **A questão da habitação**. Tradução de Aldeia Global. Belo Horizonte: Aldeia Global, 1979.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: EDUSP, 1994.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos: breve história da propriedade urbana no Brasil**. Bauru, 2005.

FIDELIS, Cíntia Almeida; GUSMÃO, Ivaloo Giorge. Trabalho Social em Ocupações: vivências e possibilidades. In DINIZ, Tânia Maria Ramos de Godoi; PAZ, Rosangela Dias Oliveira da (orgs.). **Serviço Social e Trabalho Social em Habitação: requisições conservadoras, resistência e proposições**. Rio de Janeiro: 2020, p. 212-228.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas. 1999.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos e lutas sociais na história do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1995.

GOHN, Maria da Glória. **500 anos de lutas sociais no Brasil: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor**. Revista Mediações, Londrina, v. 5, n. 1, 2000.

GUERREIRO, Isadora Andrade. **Casa Verde e Amarela, securitização e saídas da**

crise: no milagre da multiplicação, o direito ao endividamento. Por LabCidade em 02/09/2020. Disponível em: <<http://www.labcidade.fau.usp.br/casa-verde-e-amarela-securitizacao-e-saidas-da-crise-no-milagre-da-multiplicacao-o-direito-ao-endividamento/>>. Acesso em 30 de julho de 2023.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. 2ª edição. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes**: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: 2014.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e Conservadorismo no Serviço Social**. Ensaios críticos. São Paulo: Cortez, 7ª ed., São Paulo: Cortez, 2000.

KAUCHAKJE, Samira; SCHEFFER, Sandra Maria. **Políticas Públicas Sociais: a cidade e a habitação em questão**. Curitiba: Intersaberes, 2017.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

MARICATO, Ermínia. **Habitação e Cidade**. São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política** – o processo de produção do capital. Livro I, vol. 1, tomo II. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MEDEIROS, Jussara Marques de; SVIERCOSKI, Valdeslei. **O Sabor do saber científico**: TCC no Serviço Social. Curitiba: Intersaberes, 2020.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, RS, v. 22, n. 37, p. 7- 32, 1999.

NASCIMENTO, Sueli do. **Gestão participativa? atuação das lideranças das Associações de Moradores, co-gestoras do Programa Médico de Família, Niterói**. 2006. 253 f. Dissertação (Mestrado em Política Social e Trabalho) Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

NETTO, José Paulo. O Serviço Social e a tradição marxista. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1989.

NOBRE, Carlos Eduardo. **Da criminalização dos movimentos sociais aos conflitos territoriais**: em torno das experiências de dois movimentos de sem-teto em Maceió-AL. São Paulo, 2014.

OLIVEIRA, Gustavo Henrique Justino de. **O programa minha casa, minha vida (2009 – 2014) e a participação democrática dos movimentos e organizações sociais**: impacto na inclusão social por meio da efetivação do direito à moradia. Direito, instituições e políticas públicas: o papel do jusidealista na formação do Estado. São Paulo: Quartier Latin, 2017.

ROLNIK, Raquel. **Para além da lei: legislação urbanística e cidadania**. In SOUZA, Maria Adélia A. (et outros, Orgs.). *Metrópoles e Globalização*, São Paulo: CEDESP, 1999.

ROLNIK, Raquel. **Moradia é mais que um objeto físico de quatro paredes**. In: *Emetropolis: Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais*. N°5, junho de 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993.

SILVA, Madianita Nunes da (org.); et al. **Direito à Cidade e Habitação**: Condicionantes institucionais e normativas para a implementação de políticas (programas e projetos) de urbanização de favelas no Município de Curitiba. Curitiba, 2021. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/wp-content/uploads/2021/04/Relatorio-Final_Curitiba_LAHURB_UFPR.pdf>.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Política habitacional brasileira, versos e reverso**. São Paulo: Cortez, 1989.

SOUZA, Aline Machado; et al. **As ocupações como instrumento de luta ao não acesso à moradia**. Vitória, 2018. Disponível em: <https://www.google.com/url?sa=i&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=0CDgQw7AJahcKEwi4uJ_e69yAAxUAAAAAHQAAAAAQAw&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.ufes.br%2Fabepss%2Farticle%2Fview%2F21975%2F14493&psig=AOvVaw1Y9imJ8ZyAyiiAARKL6GTh&ust=1692120713083219&opi=89978449>

TONELLA, Celene. Duas décadas de ocupações urbanas em Curitiba. Quais são as opções de moradia para os trabalhadores pobres, afinal?. **Cadernos Metrópole**, 12(23). São Paulo, 2011. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/5932>>.

VALLADARES, Lícia do Prado. **Repensando a habitação no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Nobel, 2000.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE PERGUNTAS SEMIESTRUTURADAS



Questionário norteador da pesquisa de campo para Trabalho de Conclusão de Curso de Bacharelado em Serviço Social

Entrevistadora: Camila de Andrade

Data:

Gênero

Idade:

Ocupação:

Tempo como liderança:

1) Categoria moradia

I) O que você entende por moradia?

II) Qual a importância da moradia para as famílias da ocupação?

2) Categoria ocupação irregular

I) Qual foi a principal motivação das famílias para iniciar a ocupação deste local?

II) Quais são as dificuldades de habitar esta ocupação? Já ocorreram despejos?

III) O que as famílias ocupantes esperam a partir da ocupação? Regularização ou reassentamento?

3) Categoria lutas sociais

I) Como se configura a atuação da liderança como representante das famílias na luta por moradia?

II) Esta ocupação tem apoio ou intervenção de algum movimento social?

III) Qual o papel da ocupação na luta por moradia? Além da ocupação, as famílias exercem outra forma de mobilização como manifestações e reuniões com o poder público?

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE LIVRE ESCLARECIMENTO**TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

Declaro, por meio deste termo, que concordei e aceito de livre e espontânea vontade, em participar do estudo e/ou ser entrevistado(a) na pesquisa de campo referente ao projeto/pesquisa intitulado(a) OCUPAÇÕES IRREGULARES COMO FORMA DE LUTA POR MORADIA EM CURITIBA: UM OLHAR DO SERVIÇO SOCIAL, desenvolvida (o) por Camila de Andrade. Fui informado (a), ainda, de que a pesquisa é (coordenada / orientada) por Adriane Bühner Baglioli Brun, a quem poderei contatar / consultar a qualquer momento que julgar necessário via telefone nº (41) 99630-1391 ou e-mail adriane.b@uninter.com. Afirmando que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado (a) dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é a formulação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC). Fui também esclarecido (a) de que os usos das informações por mim oferecidas estão submetidos às normas éticas destinadas à pesquisa envolvendo seres humanos, da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde, conforme a Resolução 466/2012. Minha colaboração se fará de forma anônima, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. O acesso e a análise dos dados coletados se farão apenas pelo (a) pesquisador (a) e/ou seu (s) orientador (es) / coordenador (es). Fui ainda informado (a) de que posso me retirar desse (a) estudo / pesquisa / programa a qualquer momento, sem prejuízo para meu acompanhamento ou sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos. Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, conforme recomendações da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP).

Curitiba, 08 de agosto de 2023.

Assinatura do (a) participante: _____

Assinatura do (a) aluno (a) pesquisador (a): _____

Assinatura do (a) professor (a) orientador (a): _____